

José Antônio Ribeiro Silva

**A CONCEPÇÃO DE AGROECOLOGIA NA VISÃO DOS
EDUCADORES E EDUCADORAS DA ESCOLA MUNICIPAL
OZIEL ALVES (AÇAILÂNDIA-MA)**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de mestre no
Mestrado Profissional em Agroecossistemas
– MPA/CCA/UFSC.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marília Carla de
Mello Gaia

Florianópolis – SC
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, José Antônio Ribeiro
A CONCEPÇÃO DE AGROECOLOGIA NA VISÃO DOS
EDUCADORES E EDUCADORAS DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL
ALVES (AÇAILÂNDIA - MA) / José Antônio Ribeiro Silva
; orientadora, Marília Carla de Mello Gaia, 2018.
125 p.

Dissertação (mestrado profissional) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Educação do Campo. 3.
Reforma Agrária. 4. MST. 5. Escola do Campo. I.
Gaia, Marília Carla de Mello. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Agroecossistemas. III. Título.

José Antônio Ribeiro Silva

**A CONCEPÇÃO DE AGROECOLOGIA NA VISÃO DOS
EDUCADORES E EDUCADORAS DA ESCOLA MUNICIPAL
OZIEL ALVES (AÇAILÂNDIA-MA)**

Esta dissertação foi aprovada em sua forma final pelo(a) orientador(a) e pelos membros da banca examinadora e julgada adequada para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Agroecossistemas.

Florianópolis, 22 de junho de 2018.

Prof.^a Dr.^a Patrizia Ana Bricarello
Coordenadora em exercício do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marília Carla de Mello Gaia
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Natacha Eugênia Janata
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Thelmely Torres Rego
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe Dona Nazaré, por nunca ter desistido de nos colocar na escola, mesmo trabalhando na função de zeladora na própria escola para garantir o pagamento das mensalidades, sem isso jamais teria chegado neste mestrado.

Ao meu pai Antônio de Melo (*in memoriam*) por ter a coragem de trazer a família para cidade, para que seus filhos pudessem estudar, mesmo em condições improváveis.

À minha irmã Jussilene (*in memoriam*), companheira inseparável da escola, estava sempre de olho em mim para que não perdesse nenhuma aula, isso foi fundamental para minha continuidade nos estudos.

Aos demais irmãos: Lia, Neuton, Lerilene, Mirilene, Alcilene e Neldir, por terem sempre acreditado no meu potencial.

E à minha esposa e filhos, Brunno e Hiury, por estarem comigo nesta empreitada, o otimismo da minha companheira fez toda diferença e foi suficiente para eu nunca pensar em desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos movimentos sociais, em nome de todos aqueles camaradas que tomaram na luta pela terra. Foi o sangue derramado destes companheiros que contribuiu enormemente para a presença cada vez mais comum dos camponeses nas universidades deste país.

À coordenação deste mestrado, em nome do professor Clarilton Ribas e da professora Valeska Nahas Guimarães, pelo enorme esforço que empreenderam com o objetivo de garantir a realização de todas as etapas deste curso. Sem esta coordenação, seguramente tudo teria sido mais difícil.

Aos docentes, na pessoa do Prof. Pinheiro, pela contribuição para a nossa aprendizagem e crescimento intelectual.

E de forma muito especial agradecer à professora Marília Gaia, que, mesmo sem tempo disponível, aceitou ser a minha orientadora, sem se preocupar se havia ou não tempo hábil para realização deste trabalho, a sua ação fez toda diferença.

À Úrsula, minha companheira, pelo apoio incondicional e marcação cerrada, buscando garantir que eu fizesse todas as atividades deste curso, pela paciência e especialmente por sua compreensão e cuidado de sempre me deixar confiante através do seu otimismo e confiança no meu talento.

Aos meus colegas – todos eles, sem exceção –, pelo tempo que passamos juntos e pela vivência harmoniosa entre todos; sem eles, o curso com certeza não teria se concretizado.

VAMOS!

Êi! Você...

Você... você... você.

Enfim, todos vocês.

É hora de...

Alias, já passou da hora

De nos indignarmos

Vamos! É hora de lutarmos

Contra a transgenia

Contra a monocultura

Essa prática perversa

Precisa cessar

E no seu lugar

Sementes limpas devemos plantar

A Agroecologia

Assume esse papel

De transformar o mundo

Em um pedaço do céu

Todos os povos juntos

Mudam a realidade

Produzir sem veneno

É prioridade

E com semente crioula

O grande patrimônio

Nosso, da HUMANIDADE.

Jose Antônio R. Silva

RESUMO

O presente trabalho buscou discutir informações relevantes acerca da concepção de Agroecologia na visão dos educadores e educadoras da Escola Municipal Oziel Alves (Açailândia, Maranhão). Procurou-se analisar os documentos da referida Escola e localizar nestes a discussão da Agroecologia, bem como analisar a concepção da equipe pedagógica e docentes acerca da Agroecologia e como ela tem sido trabalhada nas séries finais do Ensino Fundamental. Para tanto, foi realizada uma análise dos planos de ensino e a prática de docência das disciplinas com alguma relação com a Agroecologia. A metodologia de pesquisa foi baseada na Observação Participante, nas Entrevistas Semiestruturadas com 8 entrevistados (professores, gestores e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST) e nas anotações em Caderno de Campo. Constatou-se que, por influência do MST, a Agroecologia está presente na escola desde a sua concepção, através do coletivo de educação e assessoria técnica do Movimento, por meio da discussão da transição da matriz produtiva atual para uma matriz de base agroecológica concomitante com a luta pela terra e com a efetivação da Reforma Agrária Popular. A temática da Agroecologia está presente no dia a dia da escola, sobretudo nas disciplinas de História, Geografia e Ciências. Ela também se manifesta através das místicas, palestras e seminários temáticos realizados periodicamente, envolvendo escola e comunidade. Apesar desta aproximação, há escassez na compreensão teórica do conceito Agroecologia entre os entrevistados; no entanto, comprovou-se que vários princípios e fundamentos desta encontram-se presentes, ainda que de forma bastante fragmentada, no imaginário dos entrevistados, existindo um nível de conhecimento diversificado sobre o tema. Percebeu-se, porém, que isso não se constitui em um problema que possa dificultar a adoção da Agroecologia por parte dos mesmos, em função da relação estreita entre os entrevistados e o MST e da discussão constante sobre Agroecologia. Mesmo com as limitações apresentadas, a pesquisa revela que a escola discute a temática e possui um quadro docente com elevado grau de formação – situação atípica em relação às demais escolas do campo. Ainda que com pouca experiência com o ensino da Agroecologia, docentes e equipe pedagógica podem fazer a diferença no médio prazo, porém faz-se necessário avançar no entendimento da Agroecologia como abordagem e matriz pedagógica multidisciplinar, capaz de estabelecer diálogo entre disciplinas e com a comunidade de uma forma geral.

Palavras-chaves: Educação do Campo; Reforma Agrária; MST; Escola do Campo.

ABSTRACT

This article sought to discuss relevant information about the concept of Agroecology according to the teaching staff of the Oziel Alves Municipal School (Açailândia, Maranhão). We tried to analyze the school's documents and find among them discussion about Agroecology, as well as analyze the concept that the pedagogical team and teachers have about Agroecology and how it has been addressed in the last years of Elementary School, and for that, we analyzed the teaching plans and the teaching practice of the disciplines related to Agroecology. The research methodology was based on Participant Observation, Semistructured Interviews with 8 people (teachers, managers, and the leader of the Landless Workers Movement - MST) and Field Notes. We observed that the Agroecology concept was present in the school since its beginning, by influence of the MST, through collective education and technical advice of the Movement, through the discussion of the transition from the current production model to a model based on Agroecology, together with the fight for land and the implementation of the Popular Agrarian Reform. The concept of Agroecology is present in the daily life of the school, especially in the following disciplines: History, Geography, and Sciences. It is also addressed through lectures, and thematic seminars held periodically, involving the school and the community. Regardless of these measures, there is a deficiency in the theoretical understanding of the Agroecology concept among the interviewees, however, we noticed that several principles and fundamentals of Agroecology are present in the minds of the people interviewed, although in a very fragmented way, thus showing the existence of a diversified level of knowledge on the subject. However, we noticed that this does not represent a problem that could hinder the adoption of Agroecology by this people, due to the close relationship between the interviewees and the MST and the constant discussion on Agroecology. Even with the limitations found, the research reveals that the school discusses the subject, and has a highly-trained teaching staff - an atypical situation when considering other schools in rural areas. Even though they have little experience teaching about Agroecology, teachers and pedagogical staff can make a difference in the medium term. However, it is necessary to promote the understanding of Agroecology as an approach and multidisciplinary pedagogical basis, that can establish a dialogue between disciplines and with the community in general.

Key-words: Education in Rural Areas; Land Reform; MST; Rural Schools.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista da agrovila Nova Conquista no início da ocupação em 1999.....	33
Figura 2 - A Escola Municipal Oziel Alves no acampamento, em 1996.	38
Figura 3 - O prédio da Escola Municipal sendo construído pela Prefeitura de Açailândia em 1998.	40
Figura 4 - Escola Municipal Oziel Alves em 2017.	42
Figura 5 - Educandos/as e educadores se preparando para iniciar a construção da horta da escola.	82
Figura 6 - Trabalho em mutirão na limpeza externa da escola Oziel Alves.	83
Figura 7 - Fixação da placa de identificação do projeto.....	83
Figura 8 - Ação coletiva construindo canteiros.....	84
Figura 9 - Embelezamento dos canteiros na Escola Oziel Alves.	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aplicação dos recursos do PDDE: Permanente, Pedagógicos e Tecnológicos, 2017.....	43
Quadro 2 - Quadro de Servidores: Ocupação Funcional e Grau de Formação - 2017.	44
Quadro 3 - Docentes regentes.	87
Quadro 4 - Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica.	88
Quadro 5 - Dirigentes Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação acadêmica do quadro docente da Escola Oziel – Graduação - 2017.	45
Gráfico 2 - Origem da formação acadêmica do quadro docente da Escola Oziel Alves - Graduação/2017.	46
Gráfico 3 - Situação acadêmica do quadro docente da escola Oziel Alves - Pós-graduação/2017.	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AA** – Agricultura Alternativa
ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural
ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMOZIEL – Escola Municipal Oziel Alves
GESAT – Serviço de Telecom e Manutenção Elétrica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA – Projeto de Assentamento
PME – Plano Municipal de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROJETO LUMIAR - Projeto Lumiar de assistência técnica aos assentamentos
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEDUC – Secretária de Estado da Educação e Cultura
SEMED – Secretaria Municipal de Educação e Desportos
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 A HISTÓRIA E A COMPOSIÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AÇAÍ.....	29
2.1 A ORIGEM DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AÇAÍ.....	31
2.2 PA AÇAÍ: AGROVILA NOVA CONQUISTA	33
2.3 A FORMAÇÃO, A HISTÓRIA POLÍTICA E PEDAGÓGICA DA ESCOLA OZIEL ALVES	36
3 AGROECOLOGIA: ORIGEM E PRESUPOSTOS.....	49
3.1 AGROECOLOGIA E O MST	61
3.2 AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	65
3.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA (MARANHÃO)	69
3.4 AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA OZIEL ALVES	74
3.5 EFETIVAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES	79
4 A CONCEPÇÃO DE AGROECOLOGIA NA VISÃO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES	86
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	86
4.2 DOCENTES REGENTES DE SALA DE AULA	89
4.3 GRUPO GESTOR – GESTÃO E COORDENAÇÃO	97
4.4 DIRIGENTES DO MST	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICES.....	114

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da Agroecologia tem se tornado cada vez mais presente nas escolas do campo, sobretudo com o crescente aumento da discussão sobre alimentação saudável por parte da população de uma forma em geral e das discussões sobre o papel na escola na formação das crianças, jovens e adultos.

No município de Açailândia (Maranhão) a discussão sobre essa questão tem ocorrido nos últimos anos no âmbito da Educação do Campo, uma vez que esse assunto vem ganhando espaço na esfera administrativa do município. É tanto que a SEMED- Secretaria Municipal de Educação, através da reivindicação de sujeitos e movimentos sociais, criou um departamento específico, denominado Departamento de Educação do Campo, para tratar exclusivamente das questões relacionadas às escolas do campo do município em questão.

Atualmente já é possível visualizar no município de Açailândia a marca da Educação do Campo através do Departamento acima mencionado e da inserção das disciplinas de Agroecologia, Economia Política e Educação do Campo como obrigatórias no currículo do município. Essa iniciativa coloca a Açailândia na condição município pioneiro no estado do Maranhão a implantar na prática estas disciplinas específicas nas escolas do campo.

Apesar de reconhecer oficialmente a necessidade de inserir a Agroecologia no currículo das escolas do campo e demonstrar o apoio a iniciativas nesse sentido, ainda são pouco visíveis as ações concretas acerca da Agroecologia nas escolas. Ou seja, existe a discussão teórica, porém na prática ainda é pequeno número de escolas do campo no município que assumiram objetivamente a discussão a cerca do tema com os seus educandos.

Nesse sentido, a realização dessa pesquisa na Escola Municipal Oziel Alves foi importante, primeiro, porque é uma escola situada dentro de uma área de assentamento (Projeto de Assentamento Açaí). Segundo, pelas características formativas dos seus educadores - todos concluíram o Ensino Superior, moram no próprio assentamento, são assentados ou filhos de assentados da Reforma Agrária e vários destes foram formados pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) ou PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo). E, terceiro, pelas informações que poderão ser geradas relacionadas à Educação do Campo a partir desse contexto, demonstrando inclusive as

potencialidades e as fragilidades desse ensino voltado aos sujeitos do campo.

Essa pesquisa procurou ainda, ajudar a desvelar algumas contradições entre a teoria e a prática acerca da Agroecologia, mostrando alguns condicionantes que podem impedir a escola de desenvolver as ações agroecológicas na sua integralidade. Apesar de tratar de uma pesquisa localizada, ela se constitui em uma amostra importante de como a Agroecologia está sendo trabalhada nas escolas do campo do município de Açailândia, em função disso, poderá se constituir em uma fonte de consulta importante para educandos, educadores, gestores e demais interessados por esse assunto.

Além disso, permitirá ao público envolvido nessa temática, conhecer melhor como o tema Agroecologia tem chegado aos educandos e educandas do campo e com isso planejar ações educacionais no âmbito da Agroecologia, no sentido de uma formação mais ampla para a vida, e não apenas como mero cumprimento de uma carga horária exigida no currículo da escola do campo do município e/ou estado.

A proposta de pesquisa teve origem a partir da minha inquietação, que surgiu durante a observação referente à qualificação acadêmica do quadro docente, local de formação e a proximidade dos educadores e educadoras da Escola Oziel Alves com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Apesar da elevada formação dos docentes, da escola ser resultado da luta pela terra e da aproximação com o MST, desenvolvendo ações (palestras, cursos e seminários) na escola e no Assentamento, existe uma dificuldade dos docentes em trabalhar a Agroecologia contextualizada com o componente curricular que lecionam (Ciências, Geografia, etc.).

Outra motivação considerada importante é devido ao meu envolvimento direto com o campo, como assentado da Reforma Agrária, como técnico extencionista e como educador. Essa condição exige-me a apropriação dos conhecimentos relacionados à Agroecologia e à Educação do Campo para poder debater as questões pertinentes aos sujeitos e ao contexto do campo e contribuir com a efetivação concreta da Agroecologia nas escolas do campo.

Este trabalho foi realizado no Projeto de Assentamento Açai (P.A. Açai), na Agrovila Nova Conquista, localizado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, entrevista semiestruturada e observação participante.

Para pesquisa bibliográfica buscou-se autores e autoras que discutem as temáticas da Agroecologia e da Educação do Campo, de forma a construir a fundamentação teórica desta dissertação.

Foi realizada análise de documentos do município e da Escola, quais sejam: Plano de Educação do Município, Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, Planejamento da disciplina de Agroecologia, Plano de aulas dos professores referentes às disciplinas de Ciências e de Agroecologia. Tais documentos foram levantados de forma a localizar a discussão de Agroecologia presente na proposta do município e na Escola Oziel Alves. Foi também consultada relação nominal e os dossiês dos funcionários, buscando levantar o total de docentes, áreas de atuação e níveis formação.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com docentes de disciplinas com maior afinidade com a Agroecologia, sendo: Ciências, Geografia e História, além da professora da disciplina de Agroecologia. Também fizeram parte do grupo de entrevistados o gestor e supervisor da Escola, por estarem envolvidos integralmente no processo de planejamento e execução dos planos de ensino dos educadores da Escola, e dois dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em razão do envolvimento desta organização com o processo educativo da escola onde foi realizada esta pesquisa.

É importante informar que foram analisados apenas os planos de aula dos educadores/as que lecionam as disciplinas de Ciências e Agroecologia, por se tratar de disciplinas que estabelecem uma relação direta com a temática da Agroecologia, tornando-se o principal instrumento de análise para aquisição de informações acerca do tema para enriquecer a nossa pesquisa.

Já a decisão de entrevistar apenas os docentes das disciplinas de Ciências, Agroecologia, História e Geografia, porque são elas que tratam dessa temática Agroecologia mais diretamente e por serem tais disciplinas que trazem para escola com mais frequência, através dos seus professores, o debate da Agroecologia.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas pode ser visualizado nos Apêndices 01 a 04, ao final do texto. Todos/as os/as entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 05).

Ao optar por esse instrumento de coleta de dados, buscou-se evitar a perda do foco da pesquisa e também para que se articulassem as informações aos estudos realizados anteriormente ao trabalho de campo

e assim dar mais consistência às informações que foram levantadas durante o desenvolvimento desta pesquisa.

A Observação Participante caracterizou-se pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, com finalidade de obter informações da realidade dos atores no seu contexto social local. De acordo com Triviños (1987, p. 153) “a observação é usada na pesquisa qualitativa quando se deseja colocar em relevo a existência, a possibilidade de existência, de algum ou alguns traços específicos de fenômeno que se estuda, buscando a verificação de hipóteses”. Neste aspecto foram observados: aulas das disciplinas de Ciências e Agroecologia e atividades práticas vinculadas à Agroecologia na escola (por exemplo, no desenvolvimento da horta escolar).

2 A HISTÓRIA E A COMPOSIÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AÇAÍ

Antes de adentrar na composição do Projeto de Assentamento Açaí (PA Açaí), faremos um breve resgate histórico do município de Açailândia (MA), com o intuito de conhecê-lo um pouco mais o contexto da área.

Açailândia nasce com o advento da construção da BR 010 no ano de 1958, recebeu o nome “em função da quantidade significativa de açazais, espécie de palmeira amazônica que produz o açaí, que se juntou ao sufixo *land*, cujo significado em inglês é *terra*, região, propriedade, formando a palavra Açailândia” (PME, 2014, p.27). Através da Lei 4295/81 “teve sua autonomia política em 06/06/1981, [e] está inserido na Mesorregião Oeste Maranhense, dentro da Microrregião de Imperatriz, abrange uma área de 5.806 km²” (LIMA, 2016, p. 06). Esse município conta com uma área territorial bastante grande se comparado a outros municípios do Maranhão, tendo como vizinhos de fronteiras os seguintes município: Bom Jesus das Selvas, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Itinga e Rondon do Pará.

Por se tratar da região amazônica, a vegetação é caracterizada por uma floresta bastante densa e muito generosa em recursos naturais; terra de boa fertilidade, propicia para a produção agropecuária (PME, 2014). Isso se confirma com a alta produção agrícola, a exploração da madeira de lei nas décadas de 1970/80 e mais recentemente a consolidação da pecuária extensiva, “representando uma concentração de 423 mil animais” (PME, 2014, p.28) e a expansão da cultura do eucalipto, principal material prima para produção de celulose na empresa Suzano, instalada no município vizinho (Imperatriz).

Essas características econômicas atraíram um grande contingente de pessoas para essa região, com o objetivo de desenvolver atividades no ramo madeireiro, na agropecuária e venda da força de trabalho, fala-se de pessoas de todas as partes do Brasil, inclusive do exterior. Em função dessa ocupação intensa e, sobretudo pela forma de exploração dos recursos naturais, Açailândia tem contraído nas últimas décadas um notável passivo ambiental, isso se deve a praticamente todas as atividades econômicas desenvolvidas no município, pois grande parte delas tem provocado impactos ambientais importantes, tanto no campo quanto na cidade. Isso pode ser facilmente constatado no espaço rural e urbano do município de Açailândia, através das práticas agropecuárias e industriais existentes.

Ao fazer uma análise, ainda que simples, é possível concluir que o modelo de desenvolvimento econômico adotado por esse

município é concentrador das riquezas e altamente predatório, pois trata-se de criação de gado de forma intensiva em grandes áreas e, desenvolvimento da monocultura do eucalipto. Neste modelo, há uma limpeza total dessas áreas através do corte raso das florestas, uso indiscriminado do fogo, revolvimento excessivo do solo, uso intensivo de agrotóxicos. Essas ações, de forma conjunta, têm contribuído para o assoreamento e poluição dos rios, riachos e igarapés em todo município.

Ainda com relação aos problemas ambientais já citados anteriormente, ocorre no município o avanço do plantio de eucalipto promovido quase que totalmente pela empresa Suzano Papel e Celulose; são áreas imensas em várias partes do município, em alguns casos a floresta nativa é retirada para dar lugar a esta cultura descrita, sem mencionar que estas áreas são de solos férteis e de grande potencial agrícola.

Apesar de todos os pontos negativos apresentados em relação ao modelo de produção adotado por esse município, é preciso dizer que este conta com uma localização estratégica economicamente:

Açailândia é privilegiada em sua logística estando situada em um entroncamento rodoferroviário único interligando na mesma cidade duas rodovias federal importante: a Belém-Brasília (BR-010) e a BR-222, que praticamente cruza o Maranhão. Esse mesmo eixo é complementado pela ligação da Ferrovia Norte-Sul, rumo ao Tocantins e também da Estrada de Ferro Carajás (EFC), em direção ao Porto do Itaqui, em São Luís. Uma situação que pode ser ainda melhor, quando o trecho Sul da Ferrovia Norte-Sul ficar pronto, ocorrendo à interligação do município via ferrovia com o sudeste brasileiro (LIMA, 2016. p.34).

Essa localização estratégica lhe rendeu o título de o “3º maior PIB do Estado”, atrás apenas da capital e a cidade de Imperatriz [...] destacam-se os seguintes setores econômicos: pecuária de corte, leiteira, comércio, ¹gusarias, e serviços terceirizados (PME, 2014, p. 28).

A população de Açailândia cresceu bastante nos últimos trinta anos, já ultrapassa a cifra de 100.000 pessoas, segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Açailândia conta com uma população de aproximadamente

¹ Gusarias refere-se ao conjunto de empresas situadas no polo industrial do Pequiá no município de Açailândia, que trabalham com a transformação do minério de ferro em ferro gusa.

104.047 habitantes, sendo que desses 78.237 residem na cidade, representado em termos percentuais cerca de 75% e o restante, ou seja, os 25% cerca de 25.810 restantes residem no campo.

É uma população que está bastante equilibrada em relação ao gênero masculino e feminino, a mesma apresenta uma quantidade praticamente igual entre homens e mulheres, 52.115 e 51.932 respectivamente. De acordo com o Plano Municipal de Educação (2014) dentro do universo populacional total do município existem cerca de 31.022 habitantes em idade escolar, sendo que um quarto dessa população em idade escolar está situada na área rural do município, isso implica em construção de escola e contratação de pessoal para atender essa demanda populacional.

2.1 A ORIGEM DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AÇAÍ

O Projeto de Assentamento Açaí (PA Açaí) é uma da área da Reforma Agrária que está situada dentro do município de Açailândia (Maranhão) e é composto por 526 famílias assentadas. Este PA teve início a partir de 1995, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mesmo desenvolveu um trabalho de base com o objetivo de organizar as famílias, sobretudo aquelas oriundas das periferias dos bairros de Açailândia, Imperatriz e João Lisboa.

O trabalho de base realizado pelo MST consistia basicamente em dialogar com as famílias de que aquela realidade em que elas viviam poderia ser mudada através do trabalho em conjunto, juntamente com a conscientização da luta pela Reforma Agrária de forma coletiva com todas as famílias que estavam em busca da conquista de terra para trabalhar.

A partir da concretização da mobilização para ocupação da terra e em busca dos direitos elementares como alimentação, trabalho e moradia digna, esse grupo de pessoas realizou “a ocupação da fazenda Califórnia em 26 de março de 1996” (Comunicação pessoal, presidente da Associação, 2017), começa aí a construção do PA Açaí. Essa ação contou com a participação de 800 famílias.

Esse é um momento histórico para Açailândia, pois até então não havia ocorrido nenhuma ocupação de terra no município com essa magnitude e que culminasse na conquista efetiva da terra ocupada. Começava aí o início da realização do sonho daquelas famílias, de produzir a sobrevivência na sua própria terra.

A área ocupada não comportava as 800 famílias, era necessário, portanto, a aquisição de outro espaço para garantir terra para todos os

acampados. Justamente nesse período ocorre o massacre dos Sem Terra em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará. A repercussão do massacre contribuiu para tomada de decisão do governo federal, através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para liberação das áreas pertencentes à Fazenda SUDAM, como era conhecida, e o 50 BIS (50º Batalhão de Infantaria da Selva), ambas compuseram o PA Açaí, ou seja, a fazenda Califórnia se tornou o Projeto de Assentamento Califórnia, onde foram assentadas cerca de 185 famílias e as áreas da SUDAM e 50 BIS se transformaram no Projeto de Assentamento Açaí, composto por 513 famílias oriundas da ocupação da Fazenda Califórnia.

Em função do tamanho do espaço territorial do PA Açaí, o mesmo foi dividido em cinco subáreas, a saber: Nova Conquista, Nova Vitória, Macaúba, Conquista da Lagoa e Sudelândia. Em cada subárea foi construída uma agrovila com estrutura própria e independentes entre si. “Anos mais tarde foram acrescentadas mais 13 famílias na área de reserva legal do Projeto de Assentamento em questão, constituindo-se na 6ª agrovila denominada Terra Livre, reconfigurando assim o espaço territorial do PA Açaí” (ATER², 2015).

Após a conquista da terra através do decreto de desapropriação, o povo começa a perceber que somente a terra não era o bastante para viver com dignidade, então é desencadeada outra luta, agora em torno da aquisição de moradia, educação e saúde. Mas para alcançar tais objetivos era preciso manter cada vez mais forte a organização coletiva entre as famílias. Esse fortalecimento coletivo os levou a buscar através de reivindicações constantes a resolução dos problemas sociais do Assentamento, junto ao poder público, nas três esferas de governo.

As reivindicações realizadas proporcionaram acesso à construção das moradias, construção e manutenção da escola e posto de saúde dentro da agrovila, a construção da rede de distribuição de água, a implantação da rede de energia elétrica, a construção e manutenção das estradas vicinais que dão acesso às parcelas de terra (lotes) dos assentados, rede de telefonia fixa nas agrovilas Nova Conquista e Sudelândia, e, mais recentemente, a implantação da internet nas escolas

² ATER Assessoria Técnica e Extensão Rural, serviço de assistência técnica prestado aos assentados da reforma agrária através das empresas de consultorias. Equipe responsável pela assessoria técnica as famílias assentadas na Subárea Nova Conquista.

dessas agrovilas, pelo Programa GESAT³ do Governo Federal. Essas conquistas só foram possíveis, graças a organização coletiva dos assentados/as e a elevação do seu conhecimento acerca dos seus direitos como beneficiários/as da Reforma Agrária.

2.2 PA AÇAÍ: AGROVILA NOVA CONQUISTA

A partir de agora a discussão se voltará apenas para subárea Nova Conquista, local de realização da presente pesquisa. Esta delimitação se faz necessária para melhor compreensão das informações aqui levantadas. É nesta agrovila que está inserida a escola na qual este estudo foi realizado.

A subárea Nova Conquista é composta por 163 parcelas de terra (lotes), cada parcela possui uma área de 41,14 hectares em média, “praticamente todas as parcelas estão devidamente ocupadas por famílias que apresentam o perfil de assentado da Reforma Agrária vigente no país” (Comunicado Técnico INCRA Unidade Avançada de Imperatriz Ma, 2017).

Figura 1 - Vista da agrovila Nova Conquista no início da ocupação em 1999.



Fonte: Arquivo da Escola Municipal Oziel Alves - 1996

³ GESAT Serviço de Telecomunicação e Manutenção elétrica. Responsável pela distribuição e manutenção do serviço de internet na Escola Municipal Oziel Alves, empresa contratada pela SEDUC – Ma.

A Agrovila Nova Conquista passou por algumas transformações com passar dos anos, inicialmente no espaço da agrovila predominavam casas de taipa e de pau a pique; hoje o cenário é bastante diferente, a começar pelas casas, todas construídas em alvenaria. Para o presidente da Associação de Moradores (2017) isso mostra o quanto é importante à organização coletiva dos camponeses, tornando-os mais fortes e com capacidade de garantir através de reivindicações os benefícios necessários aos assentados/as da Reforma Agrária.

A melhoria de vida assentados despertou em outras famílias o desejo de morar nesta Agrovila, é tanto que, após a disponibilização de energia elétrica, a quantidade de famílias aumentou significativamente. Segundo o presidente da Associação de Moradores existe atualmente cerca de 350 famílias morando efetivamente nesta agrovila, esse aumento ocorreu em função da chegada de parentes ou conhecidos de famílias assentadas que terminaram se agregando e fixando moradia na localidade. Portanto, a presença de agregados se explica pelo fato da agrovila estar bastante próxima da cidade, contornada por fazendas, vizinha a um laticínio e contar com uma infraestrutura razoável.

Durante a Observação Participante desta pesquisa constatou-se que a Agrovila tem praticamente todas as suas casas construídas em alvenaria, dessas, apenas 20 são de taipa (barro e madeira) e seis de madeira; conta também com uma Igreja Católica, duas Igrejas Evangélicas (Adventista e Assembléia de Deus); um posto de saúde em funcionamento integral, com a presença de um técnico e um auxiliar de enfermagem, e a presença de médico uma vez por semana, para atendimento com consultas e primeiros socorros.

Além disso, a comunidade dispõe de dois poços artesianos para o abastecimento de água, uma torre de telefonia fixa, um campo de futebol, três comércios, uma movelaria, 10 pocilgas para a criação de suínos, quatro oficinas (de carros, motos e bicicletas), dois açougues, duas lanchonetes, dois clubes, quatro bares, uma farmácia, uma escola com 6 salas de aula em pleno funcionamento, disponibilizando o Ensino Fundamental e Médio ao público do Assentamento e comunidades circunvizinhas.

De acordo com levantamento da Associação de Agricultores do Assentamento Nova Conquista (2016), a Agrovila Nova Conquista tem uma população de aproximadamente 1.300 habitantes, sendo a maior parte do sexo masculino. São pessoas vindas de diferentes localidades, periferias de bairros e povoados circunvizinhos, fenômeno que, aliás, está presente desde a constituição do Projeto de Assentamento Açafá. Na expectativa da oferta de trabalho dentro do Assentamento e na sua

proximidade, como no laticínio e nas várias fazendas da região, muitos desses trabalhadores encontraram na agrovila a oportunidade de melhorar de vida, através das ocupações de trabalho existentes no entorno da agrovila e terminaram fixando moradia definitivamente.

Apesar das melhorias, muito importante para qualidade da vida das pessoas, a Agrovila Nova Conquista, assim como as demais agrovilas do PA Açaí, enfrenta alguns dilemas no tocante à juventude, pois lhes falta condições objetivas, tanto em relação ao trabalho como em relação ao lazer. Sem perspectiva, essa juventude começa a procurar trabalho nas empresas, lojas e no comércio na cidade, a outra parte da juventude que decide ficar no Assentamento, com poucos atrativos de trabalho e lazer, fica vulnerável ao uso do álcool, drogas e prostituição, situação que já é motivo de preocupação para as famílias e lideranças das Agrovilas do PA. Açaí, incluindo a Nova Conquista.

Criar opções para que o jovem decida continuar no campo vai além da criação de emprego, é necessário promover mudanças na matriz produtiva, de forma que o jovem passe a se interessar pelo trabalho no campo e a produção agropecuária, em especial a de base agroecológica que tem grande possibilidade de mudar essa realidade. Por isso é importante trazer o debate da Agroecologia de forma mais aprofundado, parecendo ser uma saída bastante interessante. O camponês precisa saber que existe essa outra forma capaz de produzir em escala, comportando tecnologia moderna no seu processo produtivo, “é uma tecnologia capaz de enfrentar o agronegócio em qualquer escala” (MACHADO, 2014) e não a Agroecologia da moda, do romantismo, do nicho de mercado orgânico, que em nada contribui para inclusão do jovem no processo produtivo e muito menos para a sustentabilidade da vida no planeta.

Para os/as assentados/as que estão na Agrovila Nova Conquista desde os tempos de acampamento, a interferência externa é uma questão bastante preocupante do ponto de vista da organização coletiva. Ao se referir a influências externas, trata-se da chegada de outras famílias que entram na agrovila através da compra do lote daquelas assentadas que por algum motivo resolveram sair. 996482960

Na maioria dos casos essas famílias não participam das tomadas de decisões da comunidade, por entender que não há necessidade da sua participação, em função disso, boa parte delas não respeita os encaminhamentos coletivos. Além disso, demonstra, em grande medida, antipatia ao MST, principal articulador do processo de Reforma Agrária na região, muitas vezes por não concordarem com a forma de organização. Esses novos membros têm no seu modo de vida

uma forte tendência de pensamento alienado ao sistema capitalista, neste caso representado pelo agronegócio. São pessoas que agem acreditando que não necessitam se organizar coletivamente e tem em si a falsa ilusão de que a conquista da parcela de terra é mérito seu, desconsiderando todo processo de organização dos camponeses em torno da luta pela Reforma Agrária.

Apesar dessas fragilidades apresentadas, Costa (2015) informa que:

A comunidade tem em sua gênese o protagonismo das famílias, que desde o início foram os atores dessa luta de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras sem terra. O mesmo carrega em sua história as conquistas da organização familiar e é exemplo quando a questão em debate é a resistência popular, embora tenha sofrido influências externas que conseguem desarticular o assentamento e, por conseguinte também a escola enquanto parte da comunidade (p. 46).

Neste sentido a escola é imprescindível para trabalhar as relações de trabalho e outras questões com o objetivo de ajudar construir uma nova mentalidade nesses sujeitos, para que os mesmos passem a enxergar por outro viés as relações econômicas e sociais do campo, sobre tudo nas áreas de assentamento da reforma agrária.

2.3 A FORMAÇÃO, A HISTÓRIA POLÍTICA E PEDAGÓGICA DA ESCOLA OZIEL ALVES

A Escola Municipal Oziel Alves está localizada no PA Açaí, na Agrovila Nova Conquista (Açailândia – MA), a sua fundação aconteceu em “1996, onde funcionou neste período apenas o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, e gradativamente com o funcionamento da segunda etapa do Ensino Fundamental 5ª a 8ª” (PPP, 2016).

A escola aparece como resultado de uma das várias reivindicações articuladas pelas famílias assentadas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que apesar das adversidades, tem insistido em lutar pelos seus direitos básicos e a consolidação da Reforma Agrária na sua plenitude, a Reforma Agrária Popular.

Em 1996, movidas pela necessidade de educar seus filhos, as famílias da Nova Conquista decidiram implantar por iniciativa própria, uma escola para atender as crianças em idade escolar. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2016):

Ainda no primeiro semestre de 1996, a escola funcionou sem o reconhecimento da SEMED⁴. Com muitas dificuldades as famílias organizaram a escola que funcionava em um barracão de lona, onde as cadeiras eram toras de árvores, e as professoras que trabalhavam de forma voluntária tinha que usar bastante criatividade, pois não contavam com recursos didáticos. Existiam aproximadamente quarenta educandos e educandas em duas turmas multisseriadas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. (p.6).

Todo esse esforço foi realizado com o objetivo de garantir o acesso à educação para todas as crianças em idade escolar da agrovila Nova Conquista. Com a intenção de cumprir essa meta, até as dependências da casa da primeira professora foram utilizadas como sala de aula na época, era a única opção de espaço que a comunidade podia contar para desenvolver as aulas.

Mesmo limitado e com estrutura precária, o ensino acontecia, o importante era proporcionar às crianças da comunidade um espaço de estudo e com isso garantir a presença das mesmas na escola, pois para as famílias dessa Agrovila a educação é fator importante para formação social da mulher e do homem do campo, por esse motivo deve estar sempre entre as principais prioridades do Assentamento.

⁴ Secretaria Municipal de Educação.

Figura 2 - A Escola Municipal Oziel Alves no acampamento, em 1996.



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola Municipal Oziel Alves

Conforme relato dos assentados, Edna Maria dos Santos Silva foi a primeira professora da Agrovila Nova Conquista, a mesma, “vendo a necessidade da comunidade e principalmente das crianças estudarem, se dispôs ao exercício de lecionar” (COSTA, 2015). A professora em questão lecionava de forma voluntária, era acampada e na época tinha apenas o Ensino Fundamental, mas nem por isso deixou de contribuir com a educação dos filhos e filhas das famílias assentadas, demonstrando com isso o seu compromisso social com a questão educacional da comunidade. Essa iniciativa foi crucial para garantir de forma definitiva a presença da escola dentro da área do Assentamento, eliminando assim a possibilidade de os/as educandos/as serem obrigados a estudar fora da localidade de origem/moradia.

Um dos entrevistados na pesquisa, dirigente do MST, afirma que é sempre assim nas áreas de assentamentos organizados pelo Movimento, a escola ganha vida já a partir da ocupação da terra. Nos acampamentos, logo é instalada a escola itinerante, essa denominação é adotada por se tratar de uma escola temporária, que pode mudar de lugar a qualquer momento a não ser que a terra ocupada seja desapropriada em favor dos seus ocupantes. Para Bahniuk e Camini (2012, p.338), “os desafios colocados para esta experiência são muitos. Um deles é ampliar e assegurar o projeto de escola itinerante, na perspectiva da classe trabalhadora, até que se resolva a questão da Reforma Agrária no país”.

Em se tratando da educação dos assentados da Reforma Agrária, está na origem dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a capacidade de mobilizar família, escola, educador e educando, isso tem contribuído bastante para a formação de uma nova consciência dos assentados a respeito do modelo de educação que lhes é disponibilizado e o modelo de educação adequado aos camponeses e camponesas.

Foi dentro dessa lógica que a Escola Oziel Alves se manteve inicialmente, mesmo funcionando em condições precárias, as aulas continuaram acontecendo, porque naquele momento histórico fazia-se necessário, era uma forma de resistência das famílias e ao mesmo tempo uma reivindicação. Além disso, “continuavam lutando pela escola, pressionando a SEMED – Secretária Municipal de Educação - a assumir a mesma e fornecer o material didático, contratar professores e a construir o prédio” (COSTA, 2015).

No período entre 1996 e 1999 a escola funcionou em condições bastante precárias, mas devido às reivindicações constantes durante todo esse tempo junto à Prefeitura Municipal de Açailândia, sobretudo na SEMED, no final do ano de 1999 foram construídas duas salas, uma secretaria, uma pequena cozinha e dois banheiros. Começa aí a aparecer os primeiros resultados, fruto das cobranças junto ao poder público por educação: a substituição da escola que funcionava de forma improvisada, por uma estrutura padrão de escola pública, ainda distante da escola ideal, mas já se caracterizando um avanço importante se comparada às condições anteriores.

Em função da quantidade de salas construídas, o espaço não foi suficiente para comportar todas as crianças em idade escolar da comunidade, isso obrigou as famílias assentadas a continuarem lutando pela concretização de um local que comportasse a demanda total de estudantes que desejasse estudar na Agrovila Nova Conquista. Enquanto a ampliação da escola não acontecia às crianças excedentes eram abrigadas em outros espaços. Essa estratégia foi utilizada até a prefeitura municipal construir definitivamente a quantidade de salas de aula necessária para receber a demanda de estudantes da agrovila e regiões circunvizinhas.

Figura 3 - O prédio da Escola Municipal sendo construído pela Prefeitura de Açailândia em 1998.



Fonte: Arquivo da Escola Municipal Oziel Alves

Também não pode ser esquecido o grande embate entre as famílias da agrovila Nova Conquista e a SEMED em torno da escolha do nome da escola:

[...] houve um forte embate quando foi escolhido pela comunidade o nome da escola, tendo em vista que a SEMED não queria aceitar, no entanto as famílias se mantiveram firmes e garantiram o nome de OZIEL ALVES, por se tratar de um jovem que dedicou sua vida a luta do povo Sem Terra e foi uma das dezenove vítimas fatais do massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de Abril de 1996. (PPP 2016, p. 6)

Mesmo com a forte resistência demonstrada pela SEMED em função da escolha do nome da escola pelas as famílias assentadas, o mesmo foi mantido e reconhecido pelo município. “Este embate foi importante para mostrar ao trabalhador camponês que é inútil esperar que a classe capitalista aceite de bom grado ideias da classe trabalhadora sem antes tentar impor sua vontade” (COSTA, 2014).

A pesar do domínio hegemônico do capitalismo sobre a classe trabalhadora, em alguns momentos quando os trabalhadores conseguem minimamente se organizar ocorre a conquista de alguns direitos fundamentais. Nesse sentido é fundamental que a escola seja um instrumento de luta, mas isso só será possível se ela for pensada a partir da lógica socialista, ou seja, formar pessoas com capacidade de se identificar enquanto classe social, e ter plena consciência dos seus direitos e também dos deveres.

Por isso é indispensável à participação da comunidade na condução dos destinos da escola não só porque tem direito, mas também

para garantir a manutenção dos mesmos e ampliá-los cada vez mais. “Escola deve ser espaço de discussão coletiva já que esta é constituída por um coletivo de sujeitos; por isso, tudo que envolve essa instância compete a todos e todas nessa relação e processo de ensino e aprendizagem” (COSTA, 2015).

Todo processo de luta e reivindicações foram cruciais para a conquista dos objetivos da Escola Oziel Alves, em função disso, hoje ela oferece todas as etapas Ensino Fundamental, beneficiando toda subárea que compreende o território da Agrovila Nova Conquista, dentro do PA Açaí e as comunidades tradicionais do seu entorno, “atendendo desde o Maternal, Educação Infantil (nível I e nível II), Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano [...] e Ensino Médio como anexo do Centro de Ensino Lourenço Antônio Galletti, Açailândia – MA” (PPP, 2016).

Atualmente o ensino disponibilizado na escola é regular e organizado por ano, existem 6 salas em pleno funcionamento nos turnos matutino e vespertino; no período noturno funcionam cinco salas de aula com as turmas do Ensino Médio e EJA. De acordo com a lista de matrículas de 2017, a escola conta com um total de 271 discentes, sendo 226 deles estudantes do Ensino Fundamental e 45 educandos/as do Ensino Médio, perfazendo uma média de aproximadamente 17 estudantes por turma.

A Escola Municipal Oziel Alves apresenta uma estrutura diferenciada se comparada à grande maioria da escola do campo do município de Açailândia, ela é composta de 6 salas de aulas, uma secretaria, uma cozinha com dispensa para acomodação da merenda e utensílios, um depósito de material didático, uma área coberta que funciona como auditório, uma sala de leitura e cinco banheiros (1 masculino e 4 femininos).

Figura 4 - Escola Municipal Oziel Alves em 2017.



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Apesar disso, a gestão da escola tem consciência de que ainda falta avançar para uma estrutura ideal, que atenda de fato as necessidades de aprendizagem de todos os discentes que dela fazem parte (crianças, jovens e adultos). Ainda será necessária a realização de grandes embates para garantir de fato uma escola de qualidade para o território camponês.

Em conversa com alguns educadores, foi possível identificar algumas dificuldades da escola em conseguir alguns recursos financeiros para garantir materiais administrativos (expediente), pedagógicos, essenciais para auxiliar nas atividades de ensino e aprendizagem dos seus educandos e educandas. Os recursos financeiros chegam à escola por meio de programas de investimento e financiamento do governo federal, como o ⁵PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e outros, que garante com limitações a compra de materiais didáticos e tecnológicos diversos. Conforme mostra o quadro a seguir:

⁵ PDDE é um programa de financiamento da educação através do Governo Federal que disponibiliza recursos financeiros anualmente para financiar a custeio e investimentos nas escolas do Ensino Fundamental de todo país.

Quadro 1 - Aplicação dos recursos do PDDE: Permanente, Pedagógicos e Tecnológicos, 2017.

PERMANENTE	PEDAGÓGICO	TECNOLÓGICO
02 - Cx. d' água 1.000 lt	180 - Livros didáticos e informativos	05 - Microssistem
01- cx. d ' água 3.000 lt	60 - Novelas (autores diversos)	02 - Cx. Amplificada
250 - carteiras universitárias	80 - Livros para-didáticos (teatro, ensaio, tradição, popular) autores diversos.	01 - Câmara fotográfica
02 - Fogão	50 - Livros de literatura Infantil (autores diversos)	02 - Computadores de mesa
02 - Congelador	60 - Cartilhas literatura infantil (informativos)	01 - Impressora HP DESKJET D1460
02 - Butijões	50 - Livros de contos (autores diversos)	01- Microfone sem fio
01 - Geladeira	23 - livros de poesias e romances (autores diversos)	01- HD de 1 tera
02 - Armários de aço parede cozinha	80 - DVDs videoaula TV-escola	
01 - Ventilador pequeno p/ cozinha	36 - Dicionários de 1ª a 4ª	
01 - Ventilador de coluna p/ secretaria	01- Bússola	
01 - Computador de mesa p/secretaria	01- Globo	
05 - Birôs	03 - Mapas do Brasil e do Estado	
02 - Armario de aço p/ secretaria		
01 - Arquivo de aço para secretaria		
01 - Armário de aço para material pedagógico		
01 - Armário de aço para os professores		
05 - Estantes de aço		
01 - Liquidificador industrial		

Fonte: Adaptado do PPP (2016).

No tocante a composição do quadro funcional da Escola Oziel Alves, de acordo com o resumo de ponto funcional referente ao mês de setembro de 2017, atualmente ele é composto por 21 servidores, nas seguintes situações: 19 servidores efetivos (concurados) e 03 servidores contratados de forma temporária, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 - Quadro de Servidores: Ocupação Funcional e Grau de Formação - 2017.

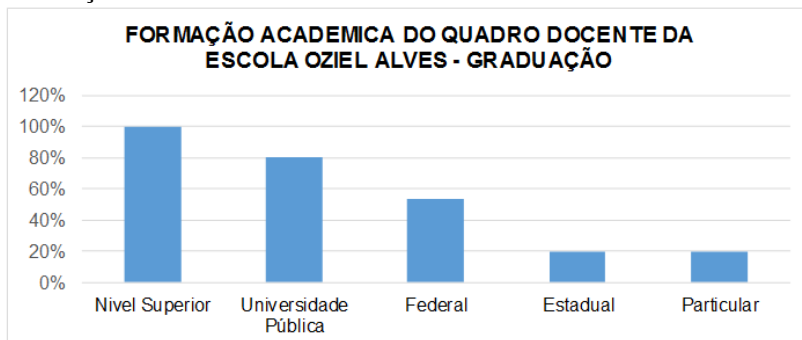
QTDE	FUNÇÃO	FORMAÇÃO EDUCACIONAL
01	Gestora (efetivo)	Pedagogia
01	Supervisor (efetivo)	Pedagogia
01	Apoio pedagógico (efetivo)	História
04	Professores (as)	Letras
01	Professor (a)	Biologia
02	Professor (a)	Matemática
01	Professores (as)	História
01	Professor (a)	Pedagogia
01	Professor (a)	Educação Física
01	Professor (a)	Geografia
01	Professor (a)	Pedagogia
01	Professor (a)	Educação do Campo/Ciências Agrárias
01	Secretária (o) (efetivo)	Ensino Médio
01	Agente de portaria (efetivo)	Ensino Médio
01	Auxiliares de Serviços Gerais (efetivo)	Ensino fundamental incompleto
01	Auxiliar de serviço geral (temporario)	Ensino Médio
01	Agente de segurança (temporario)	Ensino Médio
01	Merendeira	Ensino Médio

Fonte: Adaptado do PPP (2016, p.7).

O corpo docente é composto praticamente por educadores/as efetivos, ou seja, fazem parte do quadro permanente por meio de concurso público, com isso a rotatividade praticamente não existe, o que facilita em tese o início do ano letivo, porque o calendário escolar é cumprido integralmente e as normas, regras e procedimentos construídos no coletivo da Escola ganham a continuidade na sua aplicação.

Também merece destaque o grau de escolaridade do corpo docente dessa unidade de ensino, todos eles concluíram o ensino superior, conforme explicita o gráfico a seguir:

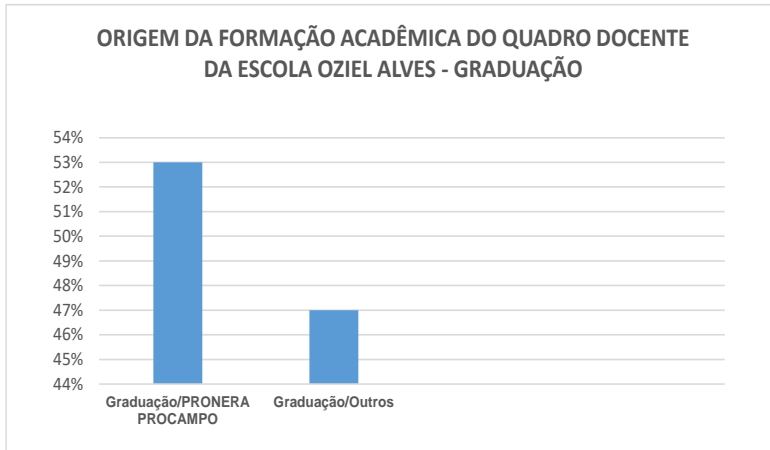
Gráfico 1 - Formação acadêmica do quadro docente da Escola Oziel – Graduação - 2017.



Fonte: Dados da pesquisa

Outro fator bastante relevante diz respeito à modalidade de educação frequentada por boa parte dos docentes, a maioria deles recebeu formação específica na área da Educação do Campo, através do PRONERA e PROCAMPO, formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Origem da formação acadêmica do quadro docente da Escola Oziel Alves - Graduação/2017.

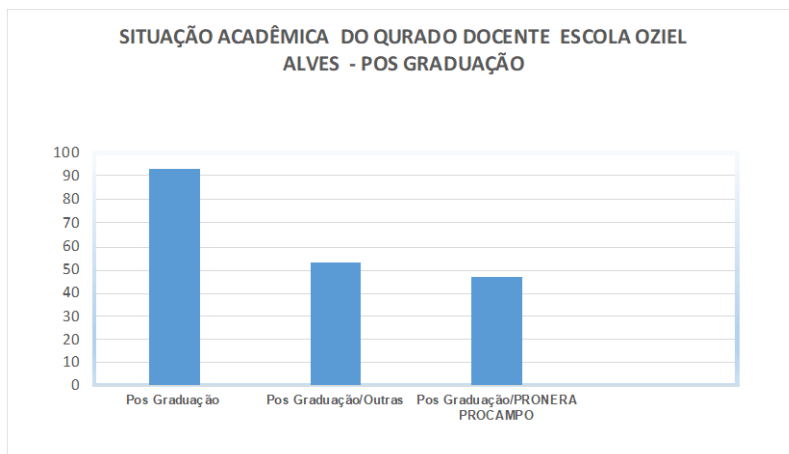


Fonte: Dados da pesquisa

Essa formação, além de qualificar o quadro docente, o coloca em sintonia com a situação educacional vivida no campo, esta condição cria a possibilidade para que esses educadores/as se envolvam concretamente com o ensino no campo, colocando a Agroecologia como parte indissociável da Educação do Campo.

Entre os professores pós-graduados, quase a totalidade tem formação voltada para a Educação do Campo, nas mais diversas áreas do conhecimento. Esse ambiente pedagógico da Escola Oziel Alves tem sido bastante favorável para discussão e desenvolvimento de práticas pedagógicas no campo da Agroecologia, tanto dentro da escola como na comunidade, através da realização de projetos, palestras e seminários acerca da questão.

Gráfico 3 - Situação acadêmica do quadro docente da escola Oziel Alves - Pós-graduação/2017.



Fonte: Dados da pesquisa

Nessa perspectiva, o quadro funcional da Escola Oziel Alves tem chamado a atenção pela presença massiva dos camponeses assentados da Reforma Agrária na condução de todo o processo educacional, desde a docência aos auxiliares de serviços gerais, e o elevado grau de escolaridade dos seus docentes, bem como os espaços nos quais a maioria realizou a sua formação acadêmica.

Outra questão importante é que no quadro funcional da escola apenas 2 servidores não são moradores da Agrovila Nova Conquista, mas são camponeses e residem em comunidade tradicional no entorno do Assentamento. Essa condição tende a favorecer o trabalho pedagógico proposto pela escola através do seu coletivo de educação ou pela gestão, tendo em vista que o corpo docente é formado na sua totalidade por sujeitos constituintes do campo e da mesma região em que está inserida a escola em questão.

Ao olhar para origem dos educandos e educandas da Escola Oziel Alves, é possível pensar sobre o desenvolvimento da educação para os camponeses dentro da concepção da Educação do Campo, pois não há ninguém melhor para fazer a ruptura entre a Educação Rural e a Educação do Campo do que o próprio camponês. É ele próprio que conhece todas as especificidades da sua realidade camponesa, por esse motivo tem melhor capacidade de nela interferir de forma consciente e

autônoma, sabendo exatamente que tipo de currículo e a forma de ensino devem ser adotados pelas escolas do campo.

3 AGROECOLOGIA: ORIGEM E PRESUPOSTOS

Ao longo dos anos os seres humanos alcançaram grandes transformações no processo de produção de alimentos, e para isso foram inventadas/adaptadas várias técnicas e equipamentos que juntos modificaram profundamente a relação entre estes e a natureza, através da agricultura.

A origem da agricultura remonta ao início do período neolítico (10.000 – 6.000 AC), época em que o homem domestica a natureza[...]. Este acontecimento teve uma importância crucial para a mudança do estilo de vida das populações, passando de nômades a sedentários. O homem desenvolve a agricultura, a criação de animais e surgem as primeiras aldeias primitivas. [...] As primeiras culturas a serem domesticadas nesta zona foram os cereais: trigo, ervilhas, aveia, lentilhas e o linho, e os primeiros animais foram: o cão, o porco, as cabras, as ovelhas e as vacas. [...] A agricultura foi evoluindo gradualmente por todo o mundo. No período que decorreu entre 3.000 AC e 500 DC houve um especial desenvolvimento a nível técnico, diversificação das culturas e domesticação de novas espécies animais. [...] foram aperfeiçoados e desenvolvidos sistemas de irrigação, aumentando as áreas de cultivo. Através do desenvolvimento de moinhos de vento e de água foi possível contornar as incertezas climáticas; Aumento da produtividade pela introdução de fertilizantes (dejetos de animais) no cultivo das terras. (EEPP, 2014, p.1)

Porém, nem todos os inventos humanos trouxeram somente benefícios à sociedade, alguns, além de promoverem grandes prejuízos sociais, modificando radicalmente o ambiente, promovendo alterações profundas nos ecossistemas, foram capazes de afetar todas as formas de vida do nosso planeta⁶. Como exemplo de práticas predatórias, podemos citar a mineração, a produção agropecuária através do monocultivo e uso intensivo de máquinas, e a indústria de transformação com suas fábricas que poluem o solo, a água e o ar em escala global, ficando para

⁶ É importante destacar que esta relação ser humano-agricultura torna-se mais predatória a partir de meados do século XX, com o avanço da Revolução Verde.

maior parte da sociedade os prejuízos ecológicos e sociais provocados por tais transformações.

Dentre os avanços ocorridos ao longo da história da humanidade, penso que a agricultura tenha sido possivelmente o mais importante do ponto de vista social, pois possibilitou ao ser humano construir moradia fixa, maior liberdade de tempo para desenvolver outras habilidades, indispensáveis para o seu desenvolvimento intelectual e artístico e o aprimoramento de instrumentos já construídos. Neste sentido, Gomes (2017) enfatiza que:

Com o desenvolvimento da agricultura (o homem não abandonou por completo a caça e a pesca; porém, isso deixou de ser a única fonte de alimento)

- Passou a cultivar trigo, centeio, cevada e outros produtos- Domesticou o boi, o cavalo, a ovelha e outros animais

- Suas roupas eram feitas fibras vegetais (linho e algodão)

- Usou o barro para fazer potes, panelas, bacias e outros utensílios domésticos.

-Construiu casas sobre estacas (palafitas) - Utilizou o osso, a madeira e a pedra polida na fabricação de seus instrumentos e armas, mais aperfeiçoadas.

- Desenvolvimento da religião (p.2)

As “inovações técnicas permitiam a intensificação produtiva, os agroecossistemas foram se diferenciando estrutural e funcionalmente em relação aos ecossistemas naturais” (PETERSEN, 2013). Isso se constituiu em um avanço de grande relevância tecnológica, pois permitiu aos homens e mulheres avançarem da caça, da pesca e da coleta de frutas à agricultura altamente tecnificada dos tempos atuais.

O aumento da produtividade da terra gerou maior disponibilidade de rendimento que foi encaminhado para a procura de têxteis, inicialmente de lã e logo depois de algodão. Esse aumento de produtividade era conseguido, em parte, devido a mobilizações mais profundas e frequentes do solo que exigiam aperfeiçoamentos nos diversos tipos de arados. As peças de madeira foram sendo substituídas por ferro e a utilização do cavalo como animal de tração incrementou a procura de metal para as ferraduras estimulando, desta forma, a siderurgia e o consumo do carvão.

Se for certo que a Revolução Agrícola, conjuntamente com a explosão demográfica, promoveu a evolução dos conhecimentos técnicos e dos transportes ferroviários e marítimos influenciou a Revolução Industrial, não é menos verdade que a indústria estimulou a modernização da agricultura. As contribuições ao nível da maquinaria agrícola, das aplicações da química (adubos e pesticidas) e a melhoria dos transportes que conferiram à agricultura o estímulo do mercado, fizeram-se sentir desde cedo e, mais recentemente as aplicações da informática foram decisivas na criação da agricultura moderna. (EEEP, 2014, p. 2).

Mesmo com o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais, a forma de produzir alimento ainda precisou de bastante tempo para se desenvolver tecnicamente, em função disso a produção agrícola por vários séculos foi praticada de forma quase que totalmente artesanal. A partir do século XIX até o século XXI a agricultura deixa de ser uma atividade de subsistência e passa a ser uma atividade geradora de lucros em função de sua modernização, isso ocorre após “a substituição da tração animal pela tração mecânica, provocando uma nova e enorme modificação em todos os processos agrícolas” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p.31).

Mas foi a emergência da química agrícola que, no final do século XIX, abriu o caminho para que essa tendência à artificialização fosse levada a níveis extremos, fazendo com que as dinâmicas de coprodução entre natureza e agricultura, que condicionaram as inovações tecnológicas por milênios, fossem desconsideradas para dar lugar a um padrão produtivo estruturalmente dependente de insumos industriais e de energia não renovável derivada de combustíveis fósseis (PETERSEN, 2013p. 71).

A partir daí o uso intensivo do solo e a utilização de máquinas e equipamentos para o revolvimento deste, o uso de fertilizantes de síntese química e a adoção de sementes inicialmente híbridas e atualmente as geneticamente modificadas (transgênicas), adotadas pela Revolução Verde, tem se tornado cada vez mais presente no meio agrícola, sobretudo com o avanço cada vez maior do capital agroindustrial sobre o campo, acentuando o processo de degradação sobre os ecossistemas naturais, provocando inúmeros problemas ambientais, alguns deles de

caráter irreversível, em se tratando de vida humana, evidenciando a necessidade de um posicionamento da sociedade em relação ao modelo de produção agrícola vigente.

Diante disso, Silva e colaboradores (2013, p. 202-221) explicitam que em contraposição a este sistema produtivo predatório da Revolução Verde, “vários setores da sociedade vêm incentivando a busca por estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, capazes de proteger os recursos ambientais e que sejam duráveis no tempo, tentando fugir do estilo convencional de agricultura”. E acrescenta que “neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” (Ibidem).

Apesar dessa preocupação, Altieri (2004 p.21) enfatiza que “só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável.” Essa compreensão se faz necessária, para que a função sustentabilidade não fique somente no plano reducionista, mas que seja compreendida de forma sistêmica, compreendendo que tudo está relacionado com o todo no contexto dos agroecossistemas produtivos.

A Agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade. Nesse sentido, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres), cultural (respeito às culturas tradicionais e locais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais). (ALTIERI, 2004, p.2)

Agroecologia para vários autores é considerada uma ciência em construção, ou uma ciência emergente. Altieri (2008, p. 21; 23) define a Agroecologia como uma “nova e dinâmica ciência” que integra “princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos”, tendo os “agroecossistemas como unidade de estudo”, considerando o “conhecimento e a técnica dos agricultores”. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e

socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Nesse contexto Torres Rego (2016, p.88) informa que:

Em função de uma diversidade de definições para Agroecologia, muitos pesquisadores têm tido a preocupação em esclarecer o que não é A Agroecologia. Para Molina (2011), a Agroecologia tem que ser usada como um substantivo, não como adjetivo que qualifica a agricultura, pois não é mais um tipo de agricultura ecológica ou de forma de manejo mais ou menos sustentável. Gliessman (2000) salienta que Agroecologia não é uma prática tampouco uma técnica. Caporal (2009) também ressalta que Agroecologia não é um modelo de agricultura, não corresponde a determinadas práticas ou tecnologias agrícolas, não se trata de uma agricultura que não usam agrotóxicos ou que substitua insumos. Guzmán (2005), por sua vez, assinala que a compreensão da Agroecologia apenas como técnica ou como instrumento metodológico “está virando moda” (p. 103), comFotondo-se em uma visão restrita, mas que tem crescido no mundo acadêmico. (p. 88).

Um exemplo recorrente dessa visão restrita é a busca por nicho de mercado dos alimentos sem agrotóxico, mas que na realidade não se livraram das externalidades e das certificadoras, são elas que definem ou classificam os produtores em orgânicos ou não orgânicos, muitas vezes esses produtores certificados, praticam o monocultivo, prática agrícola que vai frontalmente contra o princípio da diversidade preconizado pela Agroecologia.

É importante ressaltar que pensadores como Altieri, Gliessman e outros, são unânimes em afirmar que a Agroecologia representa uma importante alternativa para diminuição do aprofundamento da degradação que avança sobre os ecossistemas do nosso planeta. Diferentemente da agricultura convencional, a Agroecologia tem buscado o desenvolvimento harmonioso do processo produtivo considerando o ambiente, os seres humanos e a produção de alimento como partes indissociáveis dos agroecossistemas.

Diante disso, fica cada vez mais evidente que o modelo agrícola e as relações de consumo adotadas pela sociedade moderna são insustentáveis do ponto de vista social, ambiental e econômico. Em função dessas fragilidades a Agroecologia se apresenta em

contraposição a esse modelo, disponibilizando conhecimento sobre uma nova matriz produtiva, capaz de proporcionar uma nova dinâmica para a produção de alimento em escala global.

Silva e colaboradores (2013), citando Gliessmann, nos orientam que:

o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica. A Agroecologia não implica apenas na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades locais de cada agroecossistemas, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos ambientais. (p. 2820)

Recentemente a Agroecologia vem se afirmando como uma das opções produtivas mais promissoras em relação ao uso sustentável dos agroecossistemas e capaz de ajudar a promover a superação do atual modelo agrícola e as relações sociais atuais que pouco tem contribuído para o uso sustentável dos recursos naturais, tornando-a, uma questão de debate em todos os meios produtivos e segmentos sociais. Torres-Rego (2011) destaca que:

No Brasil, a evolução do pensamento agroecológico parte também de uma crítica a esse modelo de desenvolvimento, imposto ao campo nos anos de 1960 e 1970 mediante a importação dos pacotes tecnológicos sob o discurso da modernização do campo. Não se tratava, todavia, apenas da defesa por essa modernização, mas de uma exigência do capital internacional a fim de equilibrar as balanças comerciais em função da crise do sistema capitalista dos anos de 1960 e 1970. Considerando a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, as medidas foram adotadas e resultaram não apenas no aumento da dívida externa do país e de sua dependência aos países capitalistas centrais, mas na dependência dos agricultores aos pacotes tecnológicos, no seu

consequente endividamento, perda das terras e migração para as cidades. Em função desse contexto no campo brasileiro, somado ao final da ditadura militar e às muitas manifestações sociais na década de 1980, o debate sobre outro modelo para o campo, em especial para os pequenos agricultores, foi intensificado. Inicialmente esteve sob o enfoque das tecnologias alternativas que, segundo Luzzi (2007) ao pesquisar a história do debate agroecológico no Brasil, significava a possibilidade de desenvolver tecnologias a partir da realidade dos pequenos agricultores, favorecendo a permanência deles em suas terras em melhores condições econômicas e sociais. (p. 123).

Apesar da discussão a e da evolução do pensamento agroecológico ter avançado significativamente “a Agroecologia passou a se afirmar como uma referência conceitual e metodológica, sobretudo a partir do início da década de 1990” (SALER & BALESTRO, 2013), graças à resistência de vários segmentos sociais em prol do uso racional dos recursos naturais. Esta luta tem se tornado cada dia mais forte junto à sociedade organizada em todo país, especialmente as organizações ligadas às questões do campo.

Diante da importância ambiental e social, a Agroecologia não deve ser vista apenas pela lógica do capital agroindustrial que prioriza a monocultura, a lucratividade e a abertura de novas fronteiras agrícolas nos moldes degenerativos da Revolução Verde, altamente danoso aos ecossistemas e à agricultura camponesa (MACHADO & MACHADO-FILHO, 2014, p. 54.) e muito menos como uma nova matriz produtiva, capaz de produzir alimentos saudáveis para suprir uma pequena demanda de consumidores cada vez crescente e cada vez mais exigente. Ela deve ser encarada como algo que está incorporado integralmente no contexto ético, social, político e econômico da sociedade como um todo, precisamos pensar a Agroecologia para além da produção agropecuária, ela precisa estar inserida em todas as dimensões da existência humana.

Torres-Rego (2011), citando Altieri, discute que:

Para esse autor a Agroecologia é definida como “uma nova e dinâmica ciência”, integrando “princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos”, tendo os “agroecossistemas como unidade de estudo”, considerando o “conhecimento e a técnica dos agricultores” para “desenvolver agroecossistemas com uma

dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos”, tendo por objetivo maior estudar e tratar ecossistemas quer produtivo quer para preservação ambiental, desde que “culturalmente sensíveis, socialmente justos, economicamente viáveis” (ALTIERI, 2008, p. 21; 23). Há para Altieri uma relação direta entre a Agroecologia e a busca por um projeto de desenvolvimento capaz de superar a “crise agrícola-ambiental e a miséria rural”: (p.121)

O atual modelo de produção agrícola está especialmente voltado para a produção de monoculturas, como é o caso da soja, do eucalipto e da cana-de-açúcar, etc., com acentuada utilização de tecnologias e automação de última geração, essa condição tem conferido ao agronegócio maior poder de concentração de terras agricultáveis, diminuição drástica de postos de trabalho no campo e, conseqüentemente, a promoção do êxodo rural das famílias camponesas. Se junta a isso o uso indiscriminado de agroquímicos (adubo de síntese química, veneno e semente transgênica) que tem se tornado nas últimas décadas uma estratégia perfeita para empresas de o agronegócio usurpar as terras daqueles agricultores que mesmo com todas as adversidades, insistem em continuar morando no campo (no entorno desses megaempreendimentos), fato este muito corriqueiro em todo o estado do Maranhão.

Não é possível a burguesia continuar com esse modelo agrícola hegemônico, é necessário que se busque com maior brevidade o caminho da sustentabilidade, porque o atual modelo não se sustenta.

Neste sentido Lima e Silva (2013) nos ensinam que:

A proposta de desenvolvimento sustentável discutida pelos movimentos sociais do campo prima pelo fortalecimento da agricultura familiar construída a partir da valorização dos saberes locais, da preservação das culturas tradicionais e do respeito às diferentes dinâmicas organizativas, baseada na cooperação, solidariedade e construção coletiva. Além disso, está associado ao respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, às relações, às culturas e saberes, à organização e participação política dos povos do campo. No entanto, a construção desse modelo de desenvolvimento sustentável e solidário implica na desconstrução da ideia do desenvolvimento associada ao crescimento

econômico, bem como, na mudança das práticas culturais utilizadas pelos agricultores familiares em suas atividades produtivas, baseada na destruição das matas nativas, queimada dos resíduos e utilização de fertilizantes. (p.7)

A proposta de desenvolvimento defendido pelos movimentos sociais vai frontalmente contra a proposta de desenvolvimento do agronegócio, enquanto o primeiro visualiza o campo com espaço de produção e reprodução da vida, o segundo visualiza apenas lucro através de mega investimentos. Diante disso, é necessário que haja uma substituição radical da matriz produtiva atual para uma matriz produtiva de base agroecológica, sem confundi-la com práticas da Agricultura Alternativa, que são importantes, mas não substituem a Agroecologia. Caporal (2011) informa que:

[...] é cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: “existe mercado para a Agroecologia”; “a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional”; “a Agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional”; “a Agroecologia é um novo modelo tecnológico”. Em algumas situações, chega-se a ouvir que, “agora, a Agroecologia é uma política pública” ou “vamos fazer uma feira de Agroecologia”. Apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a Agroecologia como um enfoque científico. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade

para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável. (p.87)

“A Agroecologia, como nós a compreendemos, dispõe de conhecimento para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio”. (MACHADO & MACHADO-FILHO, 2014, p. 37).

Dessa forma, esse conhecimento precisa ser acessado pelos mais diversos segmentos sociais, com o objetivo qualificá-los no sentido de avançar no campo da compreensão de que agricultura precisa ser sustentável ambientalmente, socialmente e economicamente. Assim, faz-se necessário que cada vez mais a sociedade como um todo se envolva nessa questão, transformando a teoria em práticas concretas no dia a dia, para reprodução das condições materiais de vida. Afinal somos todos dependentes dos recursos naturais, independentemente do meio social no qual estamos inseridos.

Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados, sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas (ALTIERI, 2008, p. 21).

A sustentabilidade deve vir precedida de um processo de transição da agricultura convencional para a agricultura de base agroecológica, e que este se inicie a partir da agricultura camponesa, mas não pode ficar somente nesse segmento, a sustentabilidade precisa ser assumida pelos demais segmentos produtivos, pois trata-se de uma questão que envolve todos os seres vivos deste planeta, não é razoável que somente a família camponesa seja a única responsável pela manutenção e recuperação dos agroecossistemas e garantir a sua sustentabilidade. Desta maneira, Torres-Rego (2016) enfatiza que:

Da mesma forma que os problemas e as soluções de ordem ecológica não podem ser desvinculados da totalidade do sistema, no campo da agricultura, a possibilidade de sua sustentabilidade só pode implicar em mudanças para todo o sistema agrário e, em última instância, para todo o sistema social. Assim, para Altieri (2008), atingir a sustentabilidade significa transformar os sistemas globais de produção, processamento e distribuição de alimentos e acrescenta: “novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser

implementas dos sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido” (p. 21). Gliessman (2009), por sua vez, entende que “a sustentabilidade ecológica não pode concretizar-se em um contexto social e econômico que seja incapaz de lhe servir como suporte” (p. 602). No mesmo sentido, Molina (2011) afirma que uma agricultura sustentável será impossível em um mundo insustentável, no qual a atividade agrária continua sendo um mero instrumento de negócio. Por isso, o autor entende que não se trata de ajustes ou melhorias sobre o sistema agrário, mas de uma mudança maior, para um sistema qualitativamente diferente. (p. 119/120).

Nesse sentido, é necessário criar o entendimento de que a sustentabilidade precisa estar presente em todas as relações estabelecidas pelo ser humano, seja ela, econômica, social ou ambiental. Portanto, a sociedade deve necessariamente estar envolvida em sua promoção e não somente esse ou aquele grupo de pessoas ou segmento social, como tem ocorrido sistematicamente com agricultor familiar, como se fosse ele o único responsável pela manutenção estável deste planeta.

A Agroecologia tem sido colocada por vários pesquisadores como uma grande possibilidade de se alcançar a sustentabilidade através dos processos agroecológicos de produção, porém, Machado e Machado Filho (2014) afirmam que a consolidação da Agroecologia como matriz produtiva acontecerá quando for adotada a seguinte postura:

O primeiro passo é a construção de um novo paradigma é a desconstrução dos conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio. É preciso abandonar os conceitos convencionais e, em seu lugar, estudar e incorporar saberes que promovam tecnologias limpas que respeitem os bens comuns naturais, ao mesmo tempo em que oferecem aos produtores um caminho produtivo e positivo, econômico, financeiro, social, ambiental e eticamente. (p.38)

Ao desconstruir inicialmente os conceitos da agricultura convencional e a sociedade acreditar e, sobretudo, compreender que outro modelo de produção é possível, abre-se a possibilidade para adoção da produção agroecológica como forma de produzir alimentos,

transformando-a na nova matriz produtiva, onde a base do processo produtivo ocorrerá em harmonia com cada agroecossistema. Este precisa ser entendido como um espaço múltiplo de vidas, interconectadas entre si, gerando um movimento de interdependência, onde o ser humano é parte integrante nesse movimento.

Neste sentido, é igualmente importante que a Agroecologia não se reduza a simplesmente o plantio de uma árvore ou reciclagem de materiais, ou ainda recuperar os ecossistemas tais quais como eram antes da ação antrópica.

São iniciativas importantes, mas que devem ser entendidas com ações complementares ao espaço de vida e das necessidades imediatas dos seres humanos, o ecológico, portanto, precisa inexoravelmente estar atrelado à produção de alimento em escala e bens de consumo, porém de forma sustentável, com o mínimo de impacto negativo possível.

Para Altieri (2004):

A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistemas e o ambiente. A Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. (p.27)

Há quem diga que defender a Agroecologia como matriz produtiva principal é retornar ao atraso e condenar o/a agricultor/a ao trabalho penoso e ao uso de instrumentos e utensílios arcaicos, que em nada contribui para o seu desenvolvimento produtivo, econômico e social. Esse é o discurso daqueles que defendem a agricultura convencional na perspectiva da Revolução Verde. Para Machado e Machado Filho, (2014):

Esta é uma visão deformada e equivocada da Agroecologia, que está fora de cogitação. Certamente a Agroecologia utiliza todos os benefícios da ciência, da mecanização e do processo tecnológico, mas sempre para ampliar a eficiência do trabalho e reduzir o esforço do trabalho humano e não para aumentar o lucro dos fabricantes. (p.41)

Não há como pensar a Agroecologia fora do avanço da ciência e das tecnologias disponíveis ao processo produtivo, desde que elas sejam direcionadas à produção agroecológica que por si só já é uma

tecnologia, afinal, diante de tantos avanços científicos tecnológicos, seja na criação de novas técnicas de produção, seja na invenção de novos equipamentos direcionados ao trabalho agrícola, não é possível que o camponês ainda continue desenvolvendo o trabalho agrícola utilizando técnicas arcaicas do tempo das cavernas. Essas inovações podem e devem ser utilizadas por aqueles que adotam ou pretendem adotar a Agroecologia como matriz produtiva em sua propriedade, desde que adaptadas para esse fim. Sua incorporação tem grande possibilidade de reduzir a penosidade do trabalho agrícola e proporcionar maior conforto ao camponês/a na lida diária do trabalho na sua unidade de produção.

Quando falamos de tecnologia, nos referimos aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, dentre elas, as voltadas para agropecuária, que apesar de ter sido uma construção coletiva, se encontra concentrada nas mãos de pequenos grupos de pessoas detentoras dos meios de produção (industrial e agrícola), excluindo ou tornando o acesso do camponês seletivo e bastante difícil, ou seja, nem todos tem acesso a este bem.

Diante da gravidade das questões ambientais, é importante que tenhamos a consciência que também fazemos parte disso, por isso, devemos nos inteirar da atual situação, para que possamos compreendê-la e a partir dessa compreensão procurar de alguma maneira, se somar com os mais diversos segmentos no sentido de contribuir para consolidação das iniciativas que tenham como objetivo promover a desenvolvimento sustentável na perspectiva da Agroecologia.

3.1 AGROECOLOGIA E O MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) traz na sua gênese a luta pela conquista da terra, ou seja, a concretização da Reforma Agrária. Nesse sentido, esta luta não se resume apenas ao acesso à terra no sentido restrito, ela busca também a concretização de moradia digna, educação inclusiva e qualidade de vida para os assentados e assentadas, além de se preocupar com a diversificação da produção de alimentos nas áreas conquistadas e a implantação da matriz produtiva da Agroecologia, em contraposição ao modelo produtivo atual. Gaia (2015) informa que além do MST:

Muitos movimentos sociais de luta pela terra [...] consideram a Agroecologia como organizadora da sua matriz produtiva, sendo esta, conforme Barcellos (2010), apontada como alternativa de viabilização socioambiental e econômica para as

famílias assentadas. Alguns documentos do MST nos últimos anos têm destacado a adoção da Agroecologia no processo de desenvolvimento produtivo dos assentamentos de Reforma Agrária (p. 134).

Essa preocupação com a produção de alimento, o bem-estar e a dignidade humana, sobretudo do homem e da mulher do campo, tem colocado cada vez mais os movimentos sociais no centro da discussão sobre a relação do ser humano com a natureza no contexto da sustentabilidade da diversidade animal e vegetal do planeta e a produção de alimentos. Interessado em aderir a uma matriz produtiva diferente da matriz produtiva vigente, "a partir dos anos 2000 o debate estimulando a Agroecologia foi intensificado pelo MST, como mostram alguns documentos produzidos nesse período. A Carta "Nossos compromissos com a terra e com a vida", de 2000, apresenta compromissos voltados à preservação ambiental, à produção agrícola sustentável, à reforma agrária [...]" (TORRES REGO, 2016, p.132).

Torres Rego (2016) esclarece ainda que:

No Caderno de Cooperação Agrícola nº 10 de 2001, debatendo a organização dos novos assentamentos, especificamente da produção e da cooperação agrícola, o MST discute "um novo jeito de produzir", apontando para a Agroecologia como diretriz. "Deveremos buscar condições para que os (as) assentados se qualifiquem e dominem os princípios e as práticas agroecológicas, buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social" (CONCRAB; MST, 2001, p. 17). Na Carta do 5º Congresso Nacional do MST, realizado em 2007, constam, entre outros compromissos, "difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente" (p. 40), opondo-se às derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio, ao uso dos agrotóxicos, às monoculturas em larga escala da soja, da cana-de-açúcar, do eucalipto, ao controle das sementes pelas empresas transnacionais etc. (MST, 2010). O Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 de 1998 foi reeditado em 2007 incluindo nos eixos prioritários de ação "o enfrentamento ao modelo agrícola do agronegócio e a construção da Agroecologia" (p.133)

Dentre os movimentos sociais engajados na discussão dessa nova matriz produtiva, o MST tem sido um dos movimentos mais atuante, porque além de fazer essa discussão na sua base, também tem procurado meios para colocar em prática as ações discutidas, no âmbito da Reforma Agrária, entre elas a Agroecologia, isso se expressa com bastante clareza já a partir dos anos 2000. Torres Rego (2011) destaca que:

No Caderno de Cooperação Agrícola nº 10 de 2001, debatendo a organização dos novos assentamentos, especificamente da produção e da cooperação agrícola, o MST discute “um novo jeito de produzir”, apontando para a Agroecologia como diretriz (p.133).

Ao assumir a discussão da Agroecologia, o MST traz para os assentamentos da Reforma Agrária outro conceito de produzir alimento, agora com a utilização de uma nova matriz produtiva, a agroecológica, que para Machado e Machado Filho (2014) é a única opção possível capaz de barrar os efeitos deletérios do sistema produtivo tradicional. Essa discussão está presente tanto no modelo de assistência técnica quanto na Educação do Campo pensada pelos movimentos sociais, protagonizada pelo MST. Para Torres Rego (2011):

A adoção da Agroecologia pelo MST, além de ser influenciada pelo movimento da Agroecologia protagonizado pelas ONGs, foi estimulada por outros fatores que reafirmavam a Agroecologia como possibilidade e necessidade para transformar a matriz produtiva nos assentamentos e legitimar o próprio Movimento Social. (p.130).

Quando se trata do processo produtivo no campo, há de se entender que todo povo ali existente está direta ou indiretamente envolvido nesse processo, portanto, escola, associação e cooperativa são os principais agentes formadores desses sujeitos. É nesses espaços que Agroecologia ganha corpo e passa a ser inserida como um assunto pertinente a todos os participantes destes segmentos sociais.

Dentre os agentes apresentados acima, a escola nesse contexto, tem se mostrado um dos mais importantes agentes para irradiação da ideia de transição agroecológica. É lá que está a comunidade representada, ou seja, todo segmento social do assentamento e/ou acampamento está presente na escola. Mello (2016) enfatiza que:

Como a escola do campo constitui-se no fio condutor que empreende a transformação no campo, nela se faz imperativas as práticas de

Agroecologia, que propiciem um aprendizado que vá além da estrutura e do funcionamento dos sistemas ecológicos, mas que abrange também a estrutura e funcionamento dos sistemas sociais (CAMPOS, 2014). A reflexão sobre essas experiências, articuladas a uma política mais ampla para a Educação do Campo, é que poderão favorecer a construção de uma nova prática, comprometida com o projeto de desenvolvimento da população do campo. (p.6)

Olhar para Agroecologia imaginando que ela resolverá o problema da fome no mundo e as mais diversas questões ambientais é um erro. Machado e Machado Filho (2014) asseguram que a Agroecologia não é uma panaceia, mas se levada a sério, poderá minimizar muitas destas questões, inclusive a recuperação das áreas improdutivas em função da sua degradação e a produção de alimento em escala. Esses são apenas alguns dos benefícios que podem ser alcançados com o modelo de produção agroecológico.

Para Mello e colaboradores (2016):

A Agroecologia é bastante debatida em diversos segmentos e conceituada a partir de diferentes olhares. Seu campo de atuação vem atuando dentro e fora da academia e se desenvolve numa concepção que ultrapassa uma atividade agrária com medidas ecologicamente equilibradas. Diversos autores, tais como Melo e Cardoso (2011) e Rossi (2015) pontuam princípios através da Agroecologia que resgatam: saberes, conhecimento e experiências dos seus sujeitos. (MELLO et al 2016. p. 2)

Neste sentido, é indispensável que os movimentos sociais que se proponham a discutir a Agroecologia, além de trazer para essa discussão a produção de alimento e a preservação ambiental, promovam também a discussão sobre as relações de consumo e a concentração de renda no contexto agroecológico, são questões sociais que não devem ficar de fora desse debate. É de suma importância que os movimentos sociais do campo se apropriem cada vez mais do debate agroecológico e se mantenham sempre atualizados, como forma de garantir a disseminação de informações corretas sobre a Agroecologia aos seus participantes, e o MST como movimento social tem caminhado nessa direção. Isso fica evidenciado nas diversas publicações, seminários, reuniões e outros meios, promovidos pelo setor de educação do mesmo.

3.2 AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Agroecologia e a Educação do Campo têm se tornado nos últimos anos um assunto bastante discutido dentro da academia e no seio dos movimentos sociais rurais, sendo o MST um dos principais articuladores em torno desta discussão. Além disso, existem vários pesquisadores e pesquisadoras que tem se dedicado com bastante empenho ao estudo da Agroecologia e também da Educação do Campo, dentre eles podemos encontrar nomes como Altieri (2008), Gliessmann (2000), Pinheiro Machado (2014), Vendramini (2009), Caldart (2002), Molina (2006), Gaia (2015) e outros.

A busca por uma alternativa de produção menos agressiva aos ecossistemas tem mobilizado as universidades, movimentos sociais e ecologistas em torno dessa questão. É tanto, que nos últimos trinta anos, várias alternativas foram desenvolvidas e têm sido apresentadas, dentre elas a Agroecologia, a mesma tem se mostrado bastante promissora em relação as demais, ela se preocupava com a produção em escala, uso racional recursos naturais e o envolvimento da sociedade em todos os processos, ou seja, ao mesmo tempo que ela pensa a produção de bens e alimento, também está pensando a sociedade dentro deste contexto, pois um dos seus objetivos é a superação da crise ambiental provocada pelo atual sistema de produção. Podemos dizer que ao adotarmos a Agroecologia como matriz produtiva, estamos nos contrapondo ao modelo de produção vigente.

Nesse sentido Pavanelli (2012) esclarece que:

A Agroecologia e a Educação do Campo são soluções apontadas pelos movimentos camponeses, durante o Encontro Unitário de 2012, frente a esse modelo de produção agrícola baseado em insumos e exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores para obtenção de lucros e sem que haja a distribuição justa desses lucros (p. 19).

Nos últimos 50 anos a ciência avançou significativamente na produção e incorporação de tecnologias voltadas para produção agrícola em escala mundial, porém, todo esse aparato está sob controle cada vez mais restrito de empresas relacionadas ao agronegócio, deixando o agricultor familiar (camponês) fora do processo de desenvolvimento tecnológico. Há um fosso enorme entre estas duas categorias de produtores. Por esse motivo é fundamental que o camponês também se aproprie do conhecimento e tenha acesso a todo esse conhecimento

tecnológico e o use em consonância com o processo de produção agroecológica. Além disso, torna-se indispensável que esse camponês do século 21 se aproprie também da tecnologia da informação, a fim de manter-se atualizado sobre as transformações que ocorrem diariamente e em grande velocidade ao seu redor. Sem o acesso e domínio desses instrumentos, o agricultor tem a possibilidade de permanecer desinformado e sem a condição de se contrapor a agricultura convencional que impera de forma absoluta em várias partes do planeta.

É nessa esfera que entra a Educação do Campo, com possibilidades de contribuir com o processo de mudança dessa realidade. Mas estamos falando de uma educação diferente do modelo que temos atualmente, ela precisa ser pensada a partir da realidade social vivida na atualidade, tanto do ponto de vista produtivo, quando ponto de vista de consumo, sem esquecer que o humano é o elemento primordial nesse processo. Como o campo é o espaço diretamente envolvido com processo produtivo primário, é a Educação do Campo, não a única, mas a principal forma de instrumentalizar o camponês e a camponesa com parte do conhecimento já produzido anteriormente pela humanidade, de forma que eles possam se capacitar para o desenvolvimento das atividades agrícolas no contexto da matriz produtiva agroecológica.

Assim, a Educação no campo deve ser pensada de acordo com uma perspectiva e de um projeto histórico para além do capital (D'AGOSTINI, 2011), sendo articulada às necessidades das comunidades camponesas, desde a conquista da soberania alimentar, até a tomada de consciência enquanto classe e seu papel fundamental na luta por um modelo de campo mais progressista, que não exclua os sujeitos e sim democratize o acesso à terra, aos alimentos saudáveis e à educação (PAVANELLI, 2012. p.20).

A Agroecologia deve fazer parte do cotidiano produtivo, social e econômico da família camponesa, mas ainda falta a sua disseminação no contexto do ensino formal, para que ela passe a ser compreendida como a matriz produtiva capaz de mudar a direção para onde o modelo de produção convencional atual está levando o nosso planeta, que também requer outro modelo de escola e de educação que dialogue diretamente com esta nova matriz produtiva.

Para que essa compreensão seja alcançada no campo é imprescindível que a Agroecologia, as Ciências e a Educação do Campo sejam aliadas, pois o agricultor precisa apropriar-se dessas inovações

proporcionadas pela ciência e a educação, e aplicá-la de forma consciente nas mais diversas atividades agropecuárias. Para tanto, é inquestionável o papel da escola do campo nesse processo. Para Pavanelli (2012):

A Agroecologia, trabalhada nas escolas do campo, vinculada aos conteúdos programáticos das diversas disciplinas, especialmente a de Ciências, (PAVANELLI, 2012) pode estabelecer uma nova dimensão ao trabalho na terra e uma nova relação dos educandos e educadores com a terra e com a comunidade (assentamento ou acampamento), além de preparar os jovens para lidar com uma agricultura que, ao invés de agredir a natureza, trabalha junto a ela. Além disso, aproxima os saberes científicos aos saberes tradicionais, desmitificando o senso comum e torna o aprendizado prazeroso, pelo fato de ser parte do cotidiano. (p.22)

“O ensino de ciências pode contribuir para a construção e aplicação de conhecimentos que visam melhorar as condições de vida, no caso, do campo” (PAVANELLI, 2012). Por isso, a escola precisa necessariamente fazer parte do processo de formação dos educandos no sentido da construção da Agroecologia. É nesse meio que ela se firmará concretamente enquanto ciência e colocará a produção de alimento em outro nível de discussão e ação. Nesse sentido a Agroecologia pode e deve ser utilizada em escolas do campo de maneira transdisciplinar e não apenas na disciplina de Ciências. “A Agroecologia permite o estudo e a abordagem de diferentes variáveis sociais, econômicas e ambientais” (SILVA, 2015). A partir da escola é possível desenvolver o debate permanente acerca da Agroecologia na perspectiva de transformação social. Porém Melo e Cardoso (2011) enfatizam que:

[...] deve-se deixar claro que, para se construir uma Agroecologia que transforme as escolas rurais, é necessário que ocorra também uma educação transformadora. Ou seja, os conteúdos dos livros didáticos, que por mais que sejam produzidos em outra realidade, devem ser sempre contextualizados e a formação do corpo docente precisa ser adequada. No caso do ensino de Ciências, deve-se ter mais atenção, pois os conteúdos devem ser abordados, refletidos e construídos de forma crítica (p.46).

Na Educação do Campo, a Agroecologia tem o seu lugar, portanto necessita estar presente de alguma maneira na formação dos trabalhadores, seja na disciplina de Ciências ou de maneira transversal com algumas disciplinas. Mas o seu sucesso dependerá da qualidade formativa do corpo docente da escola do campo; além dessa qualidade é desejável que esses docentes se apropriem da temática Educação do Campo e Agroecologia, para poder realmente avançar mais profundamente nessa discussão. É fundamental que o corpo docente se aproprie desse conhecimento, para que o mesmo seja discutido e passe a fazer parte do currículo de formação da escola. Lima e Silva (2010) argumentam que:

A educação para o desenvolvimento sustentável deve ser construída a partir dos saberes locais, tendo a realidade sociocultural, ambiental e produtiva como ponto de partida e de chegada dos processos educativos. Assim, o trabalho pedagógico necessita está associado às práticas culturais desenvolvidas pelos camponeses. Desse modo, no ensino com pesquisa, os alunos serão desafiados a pesquisarem e refletirem sobre as dinâmicas organizativas e produtivas da comunidade, identificando os elementos que precisam de uma reflexão coletiva aprofundada na perspectiva de redefinir práticas e ações, buscando assim o caminho para a sustentabilidade econômica, socioambiental e cultural (p. 12).

Porém, para que isso seja realmente possível é necessário que os educadores e as educadoras recebam uma formação de qualidade e que contemple o ensino da Agroecologia. Esse/a docente precisa necessariamente estar preparado para lecionar e discutir sobre essa temática, pois os educandos e educandas que participam da aula sobre Agroecologia são, muitas das vezes, os/as mesmos/as que estão diariamente com sua família envolvido na produção agropecuária. Ao colocar a escola no processo de formação para a construção de um campo agroecológico, surge a possibilidade de construirmos o diálogo entre escola e agricultores/as acerca da Agroecologia e com isso começar a eliminar os preconceitos existentes e (re)construir conceitos e práticas entre as famílias agricultoras camponesas.

Diante disso, é importante envolver cada vez mais as escolas do campo no debate agroecológico, de forma que as mesmas possam construir nos seus educandos/as a relevância da Agroecologia do ponto

de vista da sustentabilidade no sentido amplo e não do ponto de vista da mídia e do capital agroindustrial.

3.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA (MARANHÃO)

Nos últimos anos o Maranhão tem avançado no quesito Educação do Campo, que é a porta de entrada para a Agroecologia nas escolas do campo. Este avanço tem ocorrido tanto em nível acadêmico quanto em nível de formação continuada de professores/as. Nesse contexto, o município de Açailândia tem se destacado bastante, oferecendo formação específica para os educadores e educadoras das escolas do campo, cuja proposta de formação tem sido construída pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com um grupo de educadores e educadoras do campo e com a participação efetiva do MST.

De acordo com o Plano de Educação (2014) e o Departamento de Educação do município, Açailândia conta com 76 escolas da rede pública municipal que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo 28 delas estabelecidas no campo, oferecendo as seguintes etapas do Ensino Básico: 1 escola somente com o Maternal; 1 escola disponibilizando turmas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais; 1 escola funcionando com turmas da Educação Infantil; 1 escola disponibilizando apenas Ensino Fundamental - Anos Finais; 13 escolas oferecem desde a Educação Infantil até Ensino Fundamental - Anos Finais; 2 escolas em funcionamento apenas com Ensino Fundamental - Anos Iniciais; 5 escolas oferecem apenas a Educação Infantil e o Ensino Fundamental - Anos Iniciais; 2 escolas disponibilizam às suas comunidades desde o Maternal ao Ensino ao Ensino Fundamental - Anos Finais e também a EJA; 1 escola disponibiliza do Maternal ao Ensino Fundamental - Anos Finais; e 1 escola funciona apenas com o Ensino Fundamental - Anos Finais e EJA.

As 28 escolas do campo de Açailândia contemplam cerca de 3.456 discentes, distribuídos nas seguintes etapas do Ensino Básico: 128 estão no Maternal (etapa também da Educação Infantil), 503 estão na Educação Infantil (níveis I e II), 1.575 estão matriculados no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 1.102 estão no Ensino Fundamental - Anos Finais e 148 na Educação de Jovens e Adultos.

Já o Ensino Médio disponibilizado ao campo no município de Açailândia acontece apenas em quatro escolas pólos, funcionando como

anexo das escolas urbanas. Essa é uma situação que precisa ser modificada, em função da falta de assistência do estado, pois o Ensino Médio oferecido ao campo é quase que totalmente dependente do município, toda estrutura física e logística fica a cargo do município, cabe ao Estado apenas a contratação de professores e a liberação de uma quantidade reduzida de materiais de expediente para o funcionamento das turmas formadas nestes pólos.

Diante dessa realidade, em 2006, inicia através da luta do MST as reivindicações junto à Secretaria de Educação para a implantação das políticas educacionais específicas para a Educação do Campo nas escolas do campo de todo município. Nesse período existia um grupo de educadores/as e educados/as do campo atuando neste sentido.

Com a participação do Partido dos Trabalhadores na gestão municipal, as discussões sobre a Educação do Campo avançaram em nível de governo municipal ao ponto de ser criado em 2009, o Departamento de Educação do Campo no Município de Açailândia, a partir de 2010, essa mesma Secretaria adotou algumas medidas no sentido consolidar a Política Pública de Educação do Campo, instituída conforme as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.

Nesse novo cenário, a educação destinada aos camponeses e camponesas ganha um novo contorno no município de Açailândia, primeiro porque deixa de ser denominada Educação Rural e recebe oficialmente a terminologia Educação do Campo, e segundo porque o primeiro coordenador deste setor foi um professor de uma escola do campo, assentado da Reforma Agrária, formado no curso superior de Pedagogia da Terra, constituindo assim uma grande conquista para as escolas do campo desse município.

Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação através do Departamento Pedagógico, em conjunto com o Departamento de Educação do Campo e com a colaboração dos educadores e educadoras, buscou desenvolver a formação dos/as docentes na perspectiva de se apropriarem do debate acerca da Educação do Campo em sua concepção original e desenvolver práticas pedagógicas e metodológicas fundamentadas nesta concepção.

Para atingir esse objetivo foi construído em 2010 no Departamento de Educação do Campo, em conjunto com um grupo de educadores(as) militantes do MST que articulam a Educação do Campo no município, um plano de formação específico para os educadores/as do campo. Esse Plano de Formação serviu como uma base norteadora das atividades que se pretendia desenvolver nas escolas do campo do município de Açailândia. O mesmo tem sido atualizado constantemente,

dentro da concepção da Educação do Campo na visão dos movimentos sociais do campo, das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e do decreto 7352/2010, no sentido de garantir às escolas do campo as práticas pedagógicas específicas para a realidade do campo.

O Plano busca garantir o desenvolvimento de práticas pedagógicas que de fato comunguem com a realidade dos sujeitos envolvidos neste processo, valorizando a identidade e a cultura camponesa. Garante no currículo das escolas os componentes curriculares: Educação do Campo, Agroecologia e Economia Política, e concebe o planejamento das escolas como um instrumento de contribuição nas práticas pedagógicas, que dêem significado aos aprendizados dos educandos e educandas do campo.

Em 2010 começa o trabalho de formação específica sobre Educação do Campo desenvolvida nos pólos de escolas do campo. Nesses espaços de formação a Agroecologia tem aparecido, ainda que de forma transversal. A partir daí acontece o 1º Encontro Municipal de Educadores do Campo com a participação de 150 educadores, em “2012 acontece o I Seminário Municipal de Educação do Campo, este evento contou com a participação de alguns professores/as da UFPA, UFMA e UFC, que discutiram dentre outras questões a Agroecologia como assunto indispensável nas escolas do campo, segundo eles/as, discutir Educação do Campo dissociada da Agroecologia não faz o menor sentido.

Este seminário dá uma nova conotação às escolas do campo, a partir desse acontecimento, o município passa a perceber que existe um movimento articulado em torno da educação dispensada aos povos do campo. Ele “batizou a Política de Educação do Campo no município, ficando assim como um marco de grande relevância para a população Açailandense.” (Silva, 2010, p. 9).

O município de Açailândia avançou bastante com relação à Educação do Campo e nos últimos anos. Com relação à Agroecologia também começa a ampliar o espaço desta dentro das escolas, porém, a educação aqui em questão ainda apresenta muitas limitações na qualidade, na oferta, na infra estrutura, como também na formação docente, etc. Apesar de existir o Plano de Formação e outros instrumentos como Projeto Político Pedagógico, Coletivo de Educação e Conselho Escolar (algumas escolas não contam com todas estas instâncias) nas escolas do campo, isso não se traduz em autonomia, em alguns casos estas instâncias são apenas para o mero cumprimento de formalidade da burocracia e em nada contribuem para a melhoria do ensino como um todo.

A discussão acerca da Educação do Campo tem ganhado terreno nos últimos tempos, atualmente já é possível visualizar debates sobre essa questão em todas as esferas de governo, sendo os movimentos sociais os principais responsáveis pela consolidação cada vez mais concreta desta discussão. Ela vem abrindo caminho para implantação da Educação do Campo, conforme preconiza Fernandes (2004, p. 137):

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação.

Sendo o campo um local de reprodução da vida e da cultura do seu povo, faz-se necessária que a educação pensada para esse espaço, leve em conta a pluralidade territorial, condição primeira para disponibilidade de um ensino que leve em conta a diversidade camponesa.

Neste sentido, estão garantidas através do Conselho Municipal de Educação as disciplinas específicas de Agroecologia, Economia Política e Educação do Campo no currículo das escolas do campo no município de Açailândia, isso em se tratando do Ensino Fundamental. Já em relação ao Ensino Médio a situação é bem diferente, apesar de existir a terminologia Educação do Campo dentro da SEDUC – Secretaria de Estado da Educação, suas ações pouco têm a ver com esse segmento, ou seja, as ações direcionadas as escolas do campo são as mesmas destinadas às escolas da cidade, inclusive os planos de ensino.

Mesmo com o advento da Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, a educação disponibilizada à população camponesa desse município, ainda apresenta algumas limitações que precisam ser sanadas, dentre elas estão: as salas de aulas multisseriadas; a precariedade do transporte escolar ou até mesmo a falta dele, infraestrutura (escolas aparelhadas) e professores/as no exercício do magistério sem a formação devida, etc. Junto a essa problemática ainda há o baixo conhecimento sobre os pressupostos e princípios pedagógicos e filosóficos da Educação do Campo e seu propósito para com o campo. Molina e Rocha (2014) defendem que:

O educador do campo precisa ter a compreensão da dimensão do seu papel na construção de alternativas de organização do trabalho escolar, que ajudem a promover essas transformações na lógica tradicional de funcionamento da escola. Uma atuação que entenda a educação como prática social. Enfim, a formação deve contribuir para que o educador seja capaz de propor e implementar as transformações político-pedagógicas necessárias à rede de escolas que hoje atendem a população que trabalha e vive no e do campo. Um educador do povo do campo para muito além do papel da educação escolar. Um educador que assume seu papel como agente de transformação da sua realidade pessoal e social (p 14).

Essas fragilidades em conjunto com outros fatores contribuem para práticas equivocadas de alguns educadores do campo, dentre elas as práticas educacionais pautadas nos princípios da Educação Rural dentro de uma visão totalmente urbanocêntrica. A própria SEMED, mesmo reconhecendo o campo como um espaço diferente do urbano, assumindo inclusive esse novo paradigma, em alguns momentos ainda padroniza o ensino entre campo e cidade, ora pelas formações continuadas, ora pelos planejamentos bimestrais, dentre outros. Isso mostra que há necessidade de um período de transição para que ocorra a internalização e domínio do novo, assim aumentará bastante às chances das mudanças adotadas se materializarem concretamente.

De acordo com o Departamento de Educação do Campo, sabe-se que no município de Açailândia já existe uma discussão acerca da implantação da Educação do Campo bastante avançada em relação aos demais municípios maranhenses. No entanto, para que isso se torne realidade, se faz necessário dentre outras medidas: a formação (em nível superior) e preparação dos educadores que atuam nas escolas do campo para que os mesmos possam discutir, assumir e trabalhar a Educação do Campo na sua plenitude; formação continuada constante, conforme orienta Caldart (2002) e estruturação das escolas do campo, para que estas possam oferecer um espaço capaz de promover a aprendizagem dos seus educandos e educandas.

A Educação do Campo tem se desenvolvido em alguns municípios através de programas, práticas comunitárias e de experiências pontuais. Não se trata de desvalorizar ou ser contra essas iniciativas, porque elas têm sido a marca da resistência (CALDART,

2002, p. 18), como é o caso da Casa Familiar Rural de Açailândia, que mesmo sem pagamento dos monitores, concluiu o ano letivo 2015, “demonstrando aí à marca dessa resistência que historicamente tem sido garantida por aqueles que acreditam na melhoria do campo através de uma educação de qualidade, levando em conta o camponês em todas as suas dimensões” (Fala do Coordenador da Casa Familiar Rural de Açailândia, 2017)

Para concretização efetiva da Educação do Campo no município de Açailândia e, junto com ela, a Agroecologia, é necessário envolvimento do poder público junto aos educadores, garantindo-lhes formação continuada de qualidade, com o objetivo de mantê-los sempre atualizados, disponibilização de infraestrutura física compatível com o campo, onde os educandos possam usufruir de espaço digno de aprendizagem que privilegie o espaço camponês, conforme a Constituição de 1988 e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.

A discussão e assimilação da Educação do Campo e da Agroecologia como instrumento capaz de construir uma proposta de desenvolvimento sustentável para os camponeses, faz com que todos se eduquem e através desses novos conhecimentos e passem a visualizar o campo não como um lugar de atraso, mas como um lugar onde é possível viver bem, com dignidade e com qualidade de vida, participando de um ensino qualificado, permitindo inclusive que a juventude possa ter a autonomia de decidir ir ou não morar/trabalhar na cidade por escolha e não por imposição financeira, estrutural e condições materiais, como tem acontecido nas últimas décadas com a maioria dos jovens camponeses desse município.

3.4 AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA OZIEL ALVES

A Educação do Campo já é uma realidade em nosso país, está presente na legislação federal, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, pareceres e resoluções, graças às lutas empreendidas pelos movimentos sociais do campo. Apesar desse modelo ter se fortalecido bastante, especialmente a partir dos anos 1990, sobretudo no que diz respeito à sua consolidação como política de afirmação do território camponês, são avanços significativos, mas que ainda estão longe de resolver os problemas enfrentados pelas escolas do campo. Oliveira e Campo (2013) afirmam que:

Os dados e os índices que constituem o cenário educacional das escolas rurais e camponesas são preocupantes, mas é essencial divulgá-los e analisá-los para que se possa compreender o porquê da opção por uma pedagogia radical dos movimentos sociais em luta contra a pedagogia bancária (Freire, 1992), naturalizada no cotidiano escolar. A promoção e a implantação de políticas públicas vêm sendo a pauta dos movimentos sociais do campo para reverter os sérios problemas de acesso e de dependência dos sujeitos do campo na educação básica e superior. Apesar de os dados da educação do campo serem conquistados em função das lutas, ainda permanecem deficiências grandes, tais como a falta de atendimento no âmbito da educação infantil, do segundo segmento do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior, além da modalidade de EJA e educação especial. (p.239/240)

A superação destes obstáculos permitirá que a Educação do Campo seja concretizada nas escolas do campo, abrindo um espaço privilegiado dentro dessas escolas para inserção da Agroecologia, agora não mais como tema opcional ou projetos pontuais, como tem ocorrido frequentemente nas escolas do campo, ao invés disso, a Agroecologia passa a ser uma discussão obrigatória na condição de uma das novas disciplinas acrescida ao currículo das escolas do campo.

Desse modo é importante saber o que gestores, supervisores, educadores, dirigentes do MST camponeses pensam sobre esta questão, qual a sua concepção sobre Agroecologia, se a reconhecem como assunto fundamental para a formação dos povos do campo, enfim, são questões que precisam estar sempre em evidência, pois se trata de uma conquista importante para os camponeses. Em função disso, é necessário que estejam sempre atentos, procurando observar de perto para onde a Educação do Campo e a Agroecologia estão seguindo e nada melhor do que seus próprios sujeitos para nos mostrar qual é essa direção.

Nesse contexto, o educador e a educadora do campo são peças indispensáveis na construção e consolidação da Educação do Campo e da Agroecologia no território camponês, são eles que estão diretamente envolvidos com realidade espacial onde a escola está inserida. Essa condição lhes confere possibilidades concretas de imprimir nas escolas do campo, uma educação diferente da educação tradicional, que

apresente divergências consistentes do modelo educacional atual, oferecida aos camponeses e camponesas durante décadas, que em pouco contribui para sua formação.

Caldart (2012, p.26) menciona que:

A Educação do Campo surge como crítica a educação brasileira em certo momento histórico, vem como crítica projetiva à transformação em um movimento real e contínuo, que deve ser ofertada nas escolas do campo em caráter político e se constitui enquanto luta social ao acesso dos trabalhadores do campo à educação, e não a qualquer educação, mas àquela pensada e elaborada por ele, pois, a Educação do Campo não é *para* o campo e nem *com* o campo e sim *dos* camponeses, expressando desta forma a legítima pedagogia do oprimido.

Diante disso, cabe a todos e todas que de alguma forma estiverem envolvidos no trato com a educação do povo camponês, em especial à classe docente, a construção e apropriação do conhecimento, para poder desenvolver uma linha de pensamento em convergência com o discutido por Caldart (2012). Além disso, é de extrema relevância que todos conheçam a base conceitual, filosófica e pedagógica da Educação do Campo, isso os tornará conhecedores das especificidades do campo e mostrará sem nenhuma dúvida o lugar da Agroecologia nesse novo paradigma de educação da população camponesa.

Porém, para o ensino do campo andar nessa direção, é imprescindível que o educador esteja envolvido pedagógica e ideologicamente com o ensino do campo, ainda que ele não seja o único responsável, mas é seguramente a peça fundamental na implementação, desenvolvimento e consolidação desse novo modelo de educação destinado aos territórios camponeses.

Por isso faz-se necessário que o docente conheça a realidade do educando, o lugar em que ele vive, para que isso aconteça efetivamente é importante que o docente desenvolva um estreito relacionamento com a comunidade para conhecer de perto o espaço de vivência do educando e de sua família, isso ajudará na compreensão e análise da sua postura em relação ao ensino. Afinal, “Na tarefa de ensinar, é necessário à inserção do professor na realidade do aluno, para que haja troca de experiências”. Segundo Freire (2000, p. 25) “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Silva e colaboradores (2013) enfatizam que “esse envolvimento, no caso da escola Oziel Alves, teoricamente passa a ser mais fácil para

seus docentes, pois a maioria deles mora na agrovila onde está situada a escola”, fazem parte efetivamente do Assentamento, na condição de assentados da Reforma Agrária, filhos de assentados ou agregados, de forma que cada um está ligado ao dia a dia da escola e da comunidade de alguma maneira, característica pouco comum nas escolas do campo do município de Açailândia.

Na Escola Oziel Alves, apesar de apresentar algumas contradições entre a teoria e a prática relacionadas à aplicação da Agroecologia no contexto da Educação do Campo, é possível presenciar a temática da Agroecologia de forma bastante forte, seja pelas ações de alguns docentes ou através das ações pedagógicas desenvolvidas no seu interior.

Os educadores e educadoras do quadro docente com maior tempo de experiência, afirmam que isso acontece desde a fundação da escola, pois a sua trajetória histórica está entrelaçada à própria história do Assentamento; trata-se de uma escola conquistada a partir da iniciativa das famílias assentadas e da participação marcante⁷ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o seu modelo de escola itinerante e com a aplicação da pedagogia do movimento. Esta condição já indica, mesmo de forma incipiente para os educadores/as pioneiros, uma forte presença de elementos da Educação do Campo, que anos mais tarde passa a se tornar o modelo de educação predominante da escola.

Outra característica importante e que marca a luta por uma escola do campo e no campo, como enfatiza Caldart, é a constituição do seu quadro funcional. De acordo com o dossiê do docente (2017), o quadro funcional é composto essencialmente pelos próprios sujeitos assentados, desde os primórdios da sua fundação, as atividades docentes e administrativas sempre foram desenvolvidas majoritariamente pelos próprios assentados, ou seja, é o camponês assumindo o protagonismo da sua educação dentro do seu espaço de vivência.

Por serem os próprios assentados condutores de todo o processo de ensino, auxiliado em grande parte pelo MST que tem na sua base de formação uma forte relação com a temática da Agroecologia sempre, em função disso, esta sempre esteve presente no espaço escolar, ainda que informalmente, através de seminários, palestras, discussões sobre o trato com meio ambiente e a produção de alimento saudável dentro do

⁷ Os assentados demonstram claramente nas suas falas que o MST esteve e continua presente em todas as ações realizadas na agrovila Nova Conquista, inclusive na educação.

assentamento. Este tipo de discussão ocorre com bastante frequência, em função do envolvimento da maioria dos educadores na militância do MST e outras agremiações como, associações, cooperativas locais, etc.

A Educação do Campo está presente na Escola Oziel Alves desde a sua fundação e a sua implementação contou com a participação efetiva do MST, segundo os assentados, “esse movimento sempre esteve presente na organização das famílias desde da época de acampamento, se envolvendo em todas as ações organizativas da comunidade”. Além da luta pela terra, “o MST incentivou e continua incentivando os assentados a se mobilizarem em torno da luta constante por educação de qualidade, para as escolas do campo como um todo” (comunicação pessoal – professora Idelvania).

Para Silva (2017):

A educação do campo com caráter emancipatório, não pode perder de vista os fundamentos na perspectiva de um projeto educacional mais amplo que precisa incluir políticas de acesso à educação pública para os trabalhadores do campo, e que possibilite a universalização do acesso à educação respeitando as particularidades diversas e contraditórias sem permitir a fragmentação das lutas e dos debates em torno da educação.

O envolvimento da MST com as questões produtivas e educacionais da agrovila Nova Conquista permitiu que a escola Oziel Alves aderisse desde cedo à concepção de Educação do Campo em contraposição à perspectiva da Educação Rural, para isso seus educadores/as tem participado das formações continuadas para educadores e educadoras do campo, promovidas pelo MST, SEMED e parcerias, objetivando qualificá-los para o trabalho docente nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária e comunidades tradicionais.

Inicialmente, as formações eram voltadas especificamente para Educação do Campo, no sentido de instrumentalizar os educadores acerca da sua base legal, dos seus pressupostos e de suas diretrizes e mais recentemente, com ênfase na Economia Política e na Agroecologia. Ao proporcionar a formação dos educadores e educadoras do campo sobre estes assuntos, o município de Açailândia passa a reconhecer as especificidades da educação destinada aos camponeses desse município.

Essas formações se constituem em ações estratégicas, visando à qualificação dos docentes que atuam nas escolas do campo, para que eles sejam capazes de dialogar com eficiência e com de conhecimento suficiente sobre os assuntos relacionados ao ensino dentro da lógica da

Educação do Campo e Agroecologia.

Após a formalização do Departamento de Educação do Campo no município de Açailândia, a Agroecologia ganhou um espaço importante nas escolas do campo, com isso algumas ações ainda que pontuais começaram a acontecer e não foi diferente com a Escola Municipal Oziel Alves, através deste departamento, atividades abordando a Agroecologia como projetos, seminários e palestras passaram a compor oficialmente o contexto escolar do campo.

3.5 EFETIVAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES

Assim como elementos da Educação do Campo se apresentam de maneira bastante contundente na Escola Oziel Alves, existem também na mesma intensidade elementos da Agroecologia no seu interior. De acordo com a fala de moradores, educandos e professores, foi possível identificar o grau de intimidade que eles têm com a terminologia Agroecologia. Mesmo cada um colocando a questão a sua maneira, ficou bastante visível que se trata de um assunto muito conhecido entre os membros da agrovila Nova Conquista, especialmente na comunidade escolar.

Em alguns momentos durante a observação participante, foi possível verificar que a aproximação da Agroecologia com a escola começa a acontecer de forma mais determinada após a presença da assistência técnica no Assentamento, desenvolvida pelo convenio MST/Projeto Lumiar. No primeiro momento, o assunto entra na escola através de cursos e palestras, realizados por técnicos da assistência técnica, (contratados pelo projeto LUMIAR, 1999) e dirigentes do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A discussão trazida aos educandos e educandas da época, estava pautada na questão da transição da matriz produtiva convencional para matriz de base ecológica e algumas noções de preservação ambiental.

Na época o MST havia aderido ao discurso da Agroecologia muito recentemente, com pouca ou quase nenhuma experiência; a abordagem envolvendo assuntos agroecológicos estava voltada essencialmente para “produção de alimento sem veneno e o controle alternativos de insetos e doenças na agricultura e na pecuária” (comunicação pessoal - Técnico participante Projeto Lumiar, 2017).

Anos mais tarde, em 2005, surge um novo formato de assistência técnica, agora denominada ATEs (Assistência Técnica, Social e Ambiental), com a proposta de promover no P.A Açai a

produção agroecológica. Para alcançar esse objetivo, a equipe técnica promoveu vários cursos e seminários relacionados à Agroecologia, todos eles envolvendo escola e comunidade, dentre os cursos ministrados pela equipe técnica estavam: produção orgânica de leite, adubação verde e plantio em sistema de aléias.

Nesse contexto, confirma-se o envolvimento da escola nas discussões sobre a Agroecologia há bastante tempo, mostrando inclusive que esse envolvimento vai além das atividades da horta na escola ou da reciclagem do lixo no seu entorno, ele adentra ao espaço da produção agropecuária do Assentamento, através da participação dos discentes e docentes nas palestras, cursos e seminários relacionados a produção de base agroecológica durante o período de vigência do convênio Ates/MST.

Também fica bastante claro que os convênios de assistência técnica entre INCRA e entidades ligadas ao MST a partir de 2000, primeiro com o Projeto Lumiar (2000/2002), em 2005 com o programa de ATES e em 2014 com a ATER (MST, Regional de Açailândia, 2017), foram importantes para divulgação mais consistente da noção de Agroecologia na Escola Oziel Alves.

Apesar da contribuição inquestionável das equipes de assistência técnica na promoção da discussão da Agroecologia no meio escolar, outros atores como o Departamento de Educação do Campo, o próprio MST, e o Coletivo de Educação da Escola foram e ainda são igualmente importantes na abertura desse espaço e da popularização do tema dentro da escola.

Mesmo apresentando alguns limites e contradições, a discussão sobre a Agroecologia está presente na escola através de atividades como o projeto *Horta na Escola*, promovido pela Coordenação de Educação do Campo, “vinculado a Secretaria de Educação do Município, projeto *Alimentação Saudável*, de iniciativa do MST, projeto *A questão do lixo na comunidade* de iniciativa da escola, através do coletivo de Educação” (entrevista com a professora de Agroecologia, realizada em 2017).

Além disso, foram desenvolvidos seminários, feira de ciências, ambos trazendo questões agroecológicas, como produção de alimentos saudáveis, a preocupação com o uso de agrotóxicos, a devastação da vegetação nativas da região, dentre outros. Todas as atividades descritas, sempre contaram com o envolvimento massivo tanto dos educadores como dos educandos, desde o pré-escolar até as series finais do ensino fundamental (Observação participante, 2017).

A convivência constante da assistência técnica e do MST junto à comunidade da Grovila Nova Conquista, permitiu que os educandos

e educandas se familiarizassem com a temática, assim, essa discussão tem ocorrido com naturalidade dentro da escola e em outros espaços do Assentamento, por se tratar da proximidade dos educadores com a produção agrícola no Assentamento, já que ao mesmo tempo em que são os docentes da escola também são beneficiários da Reforma Agrária na condição de assentados.

Tal envolvimento tem relevância, porque ao participarem de cursos, palestras e reuniões sobre assuntos relacionados à Agroecologia, certamente ampliarão seus conhecimentos acerca do tema e passarão a discutir com mais propriedade o processo de produção de base agroecológica, apresentando-o como uma outra forma de produzir alimento, levando em conta o meio ambiente e os recursos naturais existentes no Assentamento em que vivem.

A Agroecologia mesmo como tema transversal e sem a obrigatoriedade efetiva de ser levada a sala de aula pela docência, “manteve-se presente com bastante frequência na escola Oziel Alves, nos momentos de místicas, em alguns projetos escolares, feira de ciência e seminários” (entrevista com a professora de Agroecologia, 2017). A escola, através dos seus docentes, está sempre procurando uma forma de manter presente essa discussão no seu espaço educacional.

Para a Coordenação Pedagógica (2017), a temática da Agroecologia está presente na escola ainda que de forma pontual, mesmo limitando-se a discutir quase sempre temáticas como: reciclagem, alimentos transgênicos e agrotóxicos. Ainda assim, ela considera um avanço importante, tendo em vista que grande parte das escolas do campo no município de Açailândia, só passou a tratar desse assunto com seus educandos agora recentemente, após algumas iniciativas do Departamento de Educação do Campo, com fim específico de colocar a Agroecologia como disciplina em todas as escolas do campo no município.

Mesmo com várias limitações, a escola Oziel Alves, através do seu coletivo de educação tem buscado constantemente incorporar a Agroecologia nas práticas de ensino, em função disso, nos últimos anos tem dado bastante ênfase à construção da horta na escola, possivelmente por se tratar de uma atividade que apresenta condições objetivas de envolvimento do educando e educanda em uma atividade produtiva relacionada à produção de alimento e um espaço importante para discutir a Agroecologia a partir do contexto da escola do campo, da produção de alimento e do trabalho coletivo.

O projeto Horta na Escola de autoria da Coordenação da Educação do Campo do município (Secretaria da E.M Oziel Alves,

2016), é uma ação pensada no contexto da Agroecologia, com o objetivo de envolver os discentes na discussão sobre o consumo de alimentos saudáveis e envolvê-los em atividades coletivas. A foto a seguir mostra o momento em que docentes estão organizando os discentes para realização de uma atividade coletiva na área da horta.

Figura 5 - Educandos/as e educadores se preparando para iniciar a construção da horta da escola.



Fonte: Arquivo da Escola Oziel Alves - 2016

Uma das professoras entrevistadas informa que “Faz-se necessária enfatizar que esse projeto além de envolver os educandos na construção de canteiros para produção de hortaliças, ele também contemplou nos seus objetivos a promoção da leitura e da produção textual de forma contextualizada”.

A interação dos educandos/as, educadores e comunidades com o trabalho em grupo na Escola Oziel Alves não é novidade, é uma ação que acontece com bastante frequência, desde a sua fundação, isso fica bastante claro nas falas dos educadores/as, essas atividades coletivas vão além da horta na escola, elas ultrapassam seus muros e adentram a comunidade, onde são desenvolvidas várias atividades, dentre elas: a limpeza periódica da Praça Oziel Alves, mutirões de visitas às famílias para alertar sobre a dengue, etc.

Figura 6 - Trabalho em mutirão na limpeza externa da escola Oziel Alves.



Fonte: Arquivo da Escola. M. Oziel Alves, 2002

As atividades coletivas continuam acontecendo atualmente, porém de forma mais sistematizada, a prova disso é o envolvimento de toda a escola no projeto Horta na Escola, conforme mostram as ilustrações abaixo:

Figura 7 - Fixação da placa de identificação do projeto.



Fonte: Arquivo da Escola Oziel Alves, 2017.

As ilustrações abaixo demonstram a escola envolvendo os educandos em um trabalho conjunto, onde está acontecendo a construção de canteiros destinados a produção de hortaliças diversas no espaço escolar.

Figura 8 - Ação coletiva construindo canteiros.



Fonte: Arquivo da Escola Oziel Alves - 2016

Figura 9 - Embelezamento dos canteiros na Escola Oziel Alves.



Fonte: Arquivo da Escola Oziel Alves - 2016

A realização desse projeto em especial, além de trazer a temática da Agroecologia para dentro da escola, trás também o debate sobre a alimentação saudável, colocando as hortaliças com um item indispensável no contexto alimentar e de produção. Isso propicia a escola maior possibilidade de discutir com seus educandos os hábitos alimentares de cada um, a partir da realidade em que estão inseridos.

Além disso, ao propor o envolvimento dos educandos e educandas na construção e manutenção dos canteiros, expõe para esses sujeitos a importância do trabalho coletivo na vida das pessoas e também do trabalho como princípio educativo. A escola através do seu Projeto Político Pedagógico entende que essas ações devem estar presentes desde a infância do discente. Para isso, faz-se necessário que

os discentes iniciem a sua participação nas atividades e trabalhos coletivos desde muito cedo, pois quanto mais cedo ocorrer esse envolvimento, maiores são as chances desses educandos compreenderem a importância dessas ações para o desenvolvimento sociocultural e econômico do povo camponês.

Figura 10: Educando envolvido com a horta na escola



Fonte: Arquivo da Escola Oziel Alves - 2017

Ao visitar a Escola Municipal Oziel Alves foi possível presenciar com bastante frequência, atividades coletivas relacionadas a trabalho na horta da escola, discussão sobre produção agroecológica no pátio da escola envolvendo todas as turmas; gravuras, frases e desenhos distribuídos pelo interior da escola alusivos a essas temáticas, organizadas pelos educandos sob a supervisão dos educadores. Essas práticas acontecem em todas as turmas (pré-escolar ao Ensino Fundamental Séries Finais), em algumas delas está presente também a discussão sobre o consumo de alimentação saudável e da produção de alimento.

4 A CONCEPÇÃO DE AGROECOLOGIA NA VISÃO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES

Apesar do tema da Agroecologia permear a Escola Oziel Alves praticamente desde o início da sua existência, somente em 2017 é que ele passa a fazer parte oficialmente do currículo escolar, agora como disciplina de Agroecologia nas series finais do Ensino Fundamental, com isso passa a contar com docente específico para ministra-la.

Para construção do resultado, a presente pesquisa foi trabalhada com um universo de oitos componentes (professores regentes, gestão, supervisão e dirigentes do MST), vale ressaltar que durante a coleta de dado não foi registrado nenhuma dificuldade por partes dos participantes, todos/as, sem exceção, contribuíram prontamente para a realização dessa pesquisa.

No processo de coletas de dados, foram aplicados questionários semiestruturados para 8 participantes, sendo: 4 educadores/educadoras regentes de sala de aula, um docente gestor, um docente supervisor/coordenador e dois dirigentes do MST, ambos integrantes do Setor de Educação. Essa foi a amostra representativa que respondeu os questionários da presente pesquisa, com o objetivo de fornecer dados e informações importantes para conclusão da mesma.

Nesse sentido, buscou-se conhecer mais profundamente o que cada um desses componentes representativos conhecia sobre a Agroecologia e nesse contexto foi analisada a concepção dos docentes da Escola Municipal Oziel Alves e dos dirigentes do MST acerca desse assunto, considerando que todos conhecem a realidade da educação das escolas do campo do Município de Açailândia (Maranhão).

Assim, esta análise aconteceu a partir da caracterização do cenário da pesquisa, no sentido de entender sua construção histórica, política e pedagógica, enfocando o lugar e a materialidade da Agroecologia na Escola Municipal Oziel Alves. Em outro momento reflete-se a ação e a intencionalidade da ação, referente à organização das práticas pedagógicas relacionadas à temática.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Antes de passar a discutir e analisar os dados obtidos durante a aplicação do questionário de pesquisa será realizado uma breve caracterização desses sujeitos, para que o leitor possa conhecê-los

melhor o perfil de cada entrevistado e a partir disso, contar com elementos para interpretar com mais propriedade os resultados desta pesquisa. Para isso, foram disponibilizadas as seguintes informações relacionadas aos entrevistados, são elas: idade, formação acadêmica, ano de conclusão da graduação, pós-graduação, local de formação (universidade) da graduação, local (universidade) de formação da pós-graduação, participação em curso de graduação/pós-graduação através das parcerias do MST com Universidades, tempo de regência em sala de aula (em anos), tempo de regência na Escola Oziel Alves, disciplinas lecionadas em 2017, se assentado na área e local de residência.

Objetivando garantir o anonimato dos envolvidos, não foram usados os nomes dos participantes, eles foram substituídos por um código formado por letras e números. Para facilitar o entendimento, as informações relacionadas a cada um, aparecerão na mesma sequência em que aparece o código, conforme descrição abaixo:

Quadro 3 - Docentes regentes.

NOME	IDA DE	FORMAÇÃO	LOCAL/ DATA DE FORMAÇÃO	TEMPO DE REGENCIA/ DISCIPLINA
GH2	29	Licenc. Pedagogia,	2017-FACAM- Faculdade do Maranhão.	4 Anos/História
CA1	31	Licenc. Historia. Pós-graduação	2011-UFPB- Universidade Federal da Paraíba. 2011- Pós-graduação; Faculdade Wenceslau Braz PR.	2 Anos/ Agroecologia, Econ. Política, Educ. do Campo e História
CC4	39	Licenc. Matemática. Pós-grad. em Metod. do Ens. de Ciências.	2007 - UEMA- Universidade Estadual do Maranhão. 2010 - Pós-graduação UNINTER PR.	17 Anos/ Ciências e Matemática
LG3	60	Licenc. Geografia. Pós-grad em Economia Política	2012-Faculdade Ilha Solteira SP (privada). 2012 - UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.	12 Anos/ Geografia, Artes e Religião.

Quadro 4 - Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica.

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	LOCAL/ DATA DE FORMAÇÃO	TEMPO DE COORDENAÇÃO/ GESTÃO
LCP5	51	Lic. Pedagogia Pós- graduação	2008 UFPA - Universidade Federal do Pará. 2012 - UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.	8 Anos na Coordenação 13 anos de regência.
DGE6	52	Lic. Pedagogia	2008: UFC - Universidade Federal do Ceará. 2012: Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz SP	3 Anos na Gestão 17 anos de regência

Quadro 5 - Dirigentes Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	LOCAL/DATA DE FORMAÇÃO	TEMPO DE MILITÂNCIA DIREÇÃO/ANOS
LDM7	52	Lic. Pedagogia	2008: UFPA - Univ. Federal do Pará.	20 Anos de militância 2 anos em cargo de direção política
ADM8	46	Lic. Pedagogia	2008: UFPA - Univ. Federal do Pará.	10 Anos de militância 4 anos em cargo de direção política

Ao consultar a caracterização dos sujeitos acima mencionados, percebe-se que é um grupo de educadores e educadoras com grau de formação bastante elevado e com larga experiência na educação.

Foi elaborado um questionário específico para grupo de entrevistados (educadores regentes de sala de aula, gestão/coordenação e outro para dirigentes do MST). Apesar de cada questionário contar com questões específicas para cada um desses grupos, algumas delas foram

comuns a todos os grupos. Tais questionamentos visam nos mostrar o entendimento de cada componente arrolado na pesquisa sobre a temática da Agroecologia.

Neste sentido, as informações levantadas por meio do questionário da pesquisa foram colocadas e agrupadas por segmento, inicialmente foram trabalhadas as informações referentes aos docentes regentes de sala de aula, em seguida as informações fornecidas pela gestão e coordenação escolar, por último, as informações decorrentes dos questionários destinados aos dirigentes do MST.

4.2 DOCENTES REGENTES DE SALA DE AULA

Perguntado aos docentes que é Agroecologia, houve variados tipos de respostas, algumas delas apontando para a Agricultura Alternativa, como é o caso da afirmação do docente CC4, ele garante que:

“Agroecologia é uma forma de reparar os danos devastadores que o agronegócio deixa na vida do planeta. É produzir com consciência sem agredir o solo, estuda a natureza a fim de reconstruir a vida e a transformação da sociedade”.

Na resposta do docente é possível, ainda que de forma bastante genérica, identificar elementos da Agroecologia, seu pensamento se aproxima com o pensamento de Caporal (2011, p.57) uma vez que a Agroecologia lança mão de conhecimentos gerados no âmbito da Física e outras ciências, como exemplificamos, pois eles podem ajudar a explicar as razões da insustentabilidade e apontar caminhos para a construção de estilos de agriculturas mais sustentáveis.

Para o docente CA1, Agroecologia “*É uma maneira de produzir sem agredir ou causando menos impactos possíveis ao meio ambiente, buscando preservá-los bem como a vida dos seres humanos.*” Essa afirmativa se aproxima bastante da ideia dos pensadores da agricultura alternativa, que busca a produção de alimentos sem o uso de agrotóxico com o objetivo de se contrapor a agricultura convencional.

Com relação ao docente GH2, ele é enfático em afirmar que a “*Agroecologia é a ciência que estuda as formas de produção de alimentos de maneira sustentável; estuda as relações agricultura x meio ambiente*”. Ao tentar conceituá-la, o docente a trata claramente como uma Ciência, porém, não consegue colocá-la como uma ciência interdisciplinar, nessa perspectiva, a conceituação da adotado pelo docente, se aproxima bastante da forma reducionista de ver a Ciência,

desvinculada da multidisciplinaridade, como defende Altieri, quando afirma que Agroecologia é uma ciência que envolve várias disciplinas, por isso tem que ser vista de forma holística e não de forma reducionista com pensam alguns intelectuais.

O docente LG3 traz na sua resposta, praticamente o mesmo conteúdo apresentado pelo docente que o antecede, de forma um pouco mais resumida, segundo este docente Agroecologia “*É a ciência que estuda e ensina as formas de produzir alimentos de forma sustentável*”. Ao fazer essa afirmativa o docente reduz a Agroecologia a práticas da agricultura alternativa, que apesar de aplicar medidas que visam proteger o meio ambiente, o seu objetivo principal é buscar o nicho de mercado e assim alimentar os lucros com a venda dos produtos. Para Caporal, essa prática apesar de produzir alimento sem uso de veneno, pouco contribui para a sustentabilidade dos ecossistemas.

Quando perguntado aos docentes como eles trabalham a Agroecologia a partir das suas disciplinas, o docente CC4 respondeu que trabalha a questão através de “*Pesquisa de campo, com questionamento para as famílias dos educandos, voltada para a maneira de produzir e como eles preparam o solo para o plantio, com socialização da pesquisa com debate aberto*”. Mesmo com a descrição das atividades e das metodologias propostas pelo docente dentro da sua disciplina, a temática não aparece claramente no contexto da discussão. Assim, ao analisar a resposta fica pouco claro a relação entre a maneira de produzir e a Agroecologia, pois não foi colocado nenhum elemento resultante da pesquisa e do debate aberto sobre o tema proposto pelo docente.

O docente GH2 destaca que “*Dentro da disciplina de História não cheguei a trabalhar a Agroecologia, trabalhei com Agroecologia somente a partir da sua inclusão no currículo das escolas do campo no segundo semestre de 2017*”, apenas no sentido de discutir com os educandos e educandas a título de socialização a importância da inclusão dessa disciplina no currículo escolar das escolas do campo.

Ao perguntar ao docente LG3 com ele trabalha a Agroecologia na sua disciplina, ele fornece a seguinte resposta: “*Em Geografia trabalhamos a Agroecologia a partir do estudo do solo, clima, vegetação e relevo e a produção como um todo*.” A resposta proferida pelo docente é extremamente genérica e pela sua generalidade, não foi possível identificar efetivamente qual é o tratamento dado a esse assunto dentro da disciplina ministrada pelo professor. Não há nenhum argumento que aponta para essa questão, mesmo os assuntos levantados pelo docente sendo propício para trabalhar de forma contextualizada

com a temática agroecológica, não há nenhuma informação ou evidência que tal envolvimento.

Na tentativa de elucidar um pouco mais como os educadores e educadoras inserem a Agroecologia na disciplina em que lecionam, foi perguntado em quais temas e/ou conteúdos a discussão sobre essa temática está ou já esteve presente nas suas aulas e como isso acontece. De acordo com esse questionamento o docente CC4 informou que a mesma está presente nas suas aulas através de assuntos como “*o solo e a agricultura; como preparar o solo para plantio, o que é um solo agrícola, adubação, irrigação e drenagem, compostagem, com exposição de slide sobre o assunto e resolução de atividade*”.

Ao responder tal questionamento o docente traz na sua resposta alguns elementos essenciais da produção agrícola, porém, mesmo elegendo a compostagem entre os temas apresentados, não ficou caracterizada a ligação entre as práticas agrícolas apresentadas e a Agroecologia. Neste sentido, percebe-se uma forte tendência da agricultura alternativa impregnadas nas aulas deste educador, pois os assuntos apresentados tratam especificamente das etapas de produção, em detrimento dos fatores sociais, econômicos e ambientais preconizados pela Agroecologia.

Quando questionado sobre o mesmo tema, o docente GH2, responde que a Agroecologia aparece nas suas aulas “*Em temas ligados a Educação do Campo, através de debates e discussões sobre Agroecologia, agricultura familiar, agronegócio, sustentabilidade, entre outros conteúdos.*” Ao responder o questionamento proposto, aparecem indicativos na resposta do docente, denotando que essa temática está presente na sua aula, de forma contextualizada com outros temas relacionados ao campo. Para esse docente, isso é um passo importante para compreensão da mesma com uma ciência multidisciplinar, capaz de se relacionar com as múltiplas áreas do conhecimento e com a vida real do educando do campo.

O docente LG3 também segue na mesma direção ao relatar que na sua aula a o tema entra *na discussão como “a produção de alimentos, na pecuária, na agricultura e nas discussões agricultura familiar x agronegócio.* Mesmo com a escassez de elementos que confirme a contextualização dos temas descritos com a Agroecologia, é possível que ela ocorra na discussão agricultura familiar e agronegócio. Temas que tem sido discutidos na escola com bastante frequência, em função da proximidade do assentamento com uma grande área de plantação do eucalipto.

De acordo com as respostas, todos os docentes apresentaram conforme o seu entendimento, como ocorre a inserção da Agroecologia nas disciplinas em que lecionam, a questão é a forma de abordagem de tais temas, pois não foi possível identificar argumentos que indique a forma como o tema é discutido com os educandos. A carência desses detalhes compromete a análise comparativa entre a fala e a prática do docente. Mesmo assim, os dados levantados acerca da questão nos permitem deduzir que há certa dificuldade por parte dos docentes em inserir os assuntos relacionados a Agroecologia nos temas das aulas, mas, mesmo assim, a temática está presente no dia a dia das aulas e da escola

A resposta aos questionamentos deixa claro que mesmo se esforçando, os educadores e educadoras apresentam várias limitações em adequar esse conteúdo com assuntos de outras disciplinas. Esta limitação pode estar associada com o período recente de inserção da disciplina no currículo da escola. É possível que função disso não houve tempo hábil para capacitações, estudos continuados com o objetivo de qualificar melhor esse docente. Em segundo lugar, o acúmulo de conhecimento dos educadores/as sobre a temática ainda é bastante limitada, não permitindo ao docente compreender de forma adequada as dimensões econômicas, sociais e ambientais da Agroecologia. Assim, mesmo com a temática presente no currículo da escola, a sua abordagem sofre algumas limitações, em função do pouco conhecimento destes educadores sobre a dinâmica dos agroecossistemas.

Na perspectiva assumida por esta pesquisa, ao discutir a Educação do Campo é difícil imaginá-la dissociada do contexto agroecológico. Diante dessa preocupação, foi perguntado ao grupo de docentes qual a importância da Agroecologia no currículo das escolas do campo. O docente CA1 respondeu que *“a Agroecologia se encaixa no que dizemos ensinar a partir da realidade de cada um, já que moramos no campo temos que aprender a produzir e nos manter no campo”*. A resposta traz elementos da Educação do Campo, no sentido de desenvolver o processo de ensino do campo a partir da realidade do educando, com relação a Agroecologia, ela tem princípios gerais mas que serão adaptados a realidades não do educando mais sim do ecossistema local, conforme discute Pinheiro Machado (2014).

Para o docente CC4, a *“Agroecologia é um assunto importante para a vida na Terra, e uma disciplina específica na área da Agroecologia aprofunda de fato os conteúdos”*. Apesar de admitir a importância da mesma, a resposta do docente fica um tanto confusa, pois não se trata de uma disciplina dentro do tema, mas da própria como

disciplina. O argumento do docente denota pouco conhecimento sobre o assunto, condição bastante comum nas escolas do campo.

Já o docente GH2 enfatiza na sua resposta que *“É importante porque através desta disciplina que a nova geração irá adquirir conhecimento político e técnico para melhorar seu próprio modo de produzir alimentos de forma sustentável, respeitando os recursos naturais de sua propriedade”*. Ao responder a questão proposta este docente em alguns pontos da sua resposta alinha o seu pensamento ao de vários autores, como Altieri, Gliessman, Caporal e outros.

Para o docente LG3 o estudo da Agroecologia na escola *“É de suma importância para que os nossos educandos ampliem seus conhecimentos nessa área que vem sendo cada vez mais discutida e necessária para o mundo”*.

De acordo as respostas dos docentes, mesmo não respondendo diretamente, entendem que é importante orientar os educandos e educandos sobre a preservação do ambiente. Apesar destes docentes apontarem para tal entendimento, a noção de preservação da qual eles se referem, está voltado mais para a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxico e sementes transgênicas, ficando de fora, mais uma vez, as relações sociais e econômicas. O que descaracterizaria o entendimento de Agroecologia defendida por Guzman, no seu lugar estaria, a partir dos discursos dos docentes, práticas agrícolas como: a Agricultura Orgânica, Agricultura Ecológica, dentre outras. Estas práticas, apesar de preconizarem a produção de alimentos livres de agrotóxicos, elas não representam a totalidade da Agroecologia, mas estão contidas na mesma.

Também foi perguntado aos docentes como deve ser o ensino de Agroecologia nas escolas do campo. Ao ser perguntado sobre a questão o docente CA1 deu a seguinte resposta: *“Deve se dar de forma prática, incentivando os educandos a cuidar do lugar onde vivem e daqui tirarem seu sustento, ao invés de serem incentivados a saírem do campo”*.

O docente CC4 respondeu que deverá ocorrer *“De forma dinâmica, com a interdisciplinaridade, que a teoria e prática sejam aproximadas no dia a dia dos educandos.”* O docente faz questão de enfatizar que além da teoria é necessária a inclusão de práticas no ensino de Agroecologia na escola, ele destaca também a necessidade de trabalhar com ela de forma interdisciplinar. Ao entender que ela carrega em si o caráter da interdisciplinaridade, o docente demonstra o entendimento de que a mesma deve perpassar todas as disciplinas da

matriz curricular da escola e incorporar todos os docentes entorno da questão.

Para o docente GH2, a Agroecologia *“Deve ser trabalhado como uma disciplina específica incluída no currículo das escolas; como está acontecendo atualmente, nas escolas do campo desse município”*.

Já o docente LG3 descreve que esta *“Deve ser trabalhada como uma disciplina específica, dado a grande importância que a mesma tem para a formação dos jovens que cada vez mais precisam adquirir conhecimentos para suas vidas em um mundo tão competitivo e onde esses conhecimentos são fundamentais”*. O pensamento deste docente se assemelha ao pensamento do docente citado anteriormente, ambos vêm na obrigatoriedade da disciplina de Agroecologia no currículo da escola, uma oportunidade para consolidar a discussão acerca do tema entre os discentes da escola envolvida nesta pesquisa.

Ao analisar as respostas dos docentes sobre como deve ser o ensino de Agroecologia na escola, nota-se que elas vão ao encontro da determinação da Secretaria Municipal de Educação, que a incorporou no currículo da escola do campo e a transformou em uma disciplina específica e obrigatória em todo município de Açailândia.

Entendendo que existe uma tentativa constante de envolvimento bastante significativo entre a escola Oziel Alves e a temática agroecológica, a pesquisa também perguntou aos seus docentes se eles/as desenvolvem ou já desenvolveram atividades de Agroecologia no Assentamento ou em outro espaço a partir das suas atuações na escola. Ao fazer este questionamento para o docente CA1, a resposta foi a seguinte: *“Sim, construção de horta na escola, arborização e distribuição de mudas e organização de feira agroecológica no Assentamento e seminários.”* Observa-se que as atividades descritas pelo docente, apesar de ser desenvolvidas a partir da atuação do mesmo na escola, são ações que estão no plano da educação ambiental nos moldes das campanhas de conscientização em massa, promovidas pela mídia. Mesmo se propondo a tratar de assuntos como produção de hortaliças, arborização e distribuição de mudas, traz pouco ou quase nenhum benefício para concretização do ensino da Agroecologia na escola e no assentamento, por ser ações pontuais e desenvolvidas dentro de uma visão linear.

Já o docente CC4 afirma que: *“Sim, na horta da escola”*. Mesmo o docente afirmando que desenvolve atividades relacionada a Agroecologia a partir da sua atuação na escola, elas não aparecem na resposta do educador/a. Isto nos mostra que, mesmo havendo discussão sobre o assunto, tais discussões ficam apenas no discurso e quando elas

acontecem se limitam apenas a práticas relacionadas a construção e condução da horta na escola.

Os docentes GH2 e LG3, apenas se limitaram a responderem “*Sim*”, não chegam a informar nenhuma atividade relacionada a atividades agroecológicas que possam ter sido desenvolvidas a partir de escola. Esta ausência de argumentação sobre o assunto indica certa dificuldade do educador em eleger uma atividade realizada por eles, alusiva à questão, isso pode ter ocorrido ou por considerarem que as atividades desenvolvidas não foram de grande relevância para o tema ou que não foi desenvolvida nenhuma atividade contemplando a temática.

Ao analisar as respostas dos docentes, identificamos algumas fragilidades no que diz respeito à realização de atividades de cunho agroecológico, mesmo os educadores/as afirmando que praticavam estas atividades a partir da escola, eles não conseguiram descrever que atividades, além da horta, foram desenvolvidas. Essa situação indica que existe na escola um trabalho teórico sobre Agroecologia, mas que ainda não foi possível ser colocado em prática pelos educadores e educadoras.

Considerando que praticamente todos os docentes também são beneficiários da Reforma Agrária, portanto, esta particularidade abriu espaço para seguinte indagação: *Você faz ou fez práticas agroecológicas no seu lote familiar? Quais? Por quê?*. Ao questionar o docente CA1 sobre este assunto, o mesmo respondeu o seguinte: “*Sim, plantação de árvores frutíferas para arborizar o lote e ter mais frutas saudáveis*”. A argumentação do educador vai em direção a preservação do meio ambiente na concepção das campanhas promovidas pelas grandes empresas, que colocam o plantio de árvore como ação ecológica capaz de resolver as questões ambientais do planeta, sem levar em contas as demais questões.

O mesmo questionamento foi feito ao docente CC4 que respondeu com o seguinte argumento: “*Em partes, quando passo o arado o solo ao invés de fazer queimadas, no roço da pastagem com a seleção de árvores. É importante manter espécies nativas*”. A resposta proferida pelo docente CC4 demonstra a insuficiência de informação acerca da Agroecologia, pois ao mesmo tempo em que abandona a prática do fogo, prejudicial ao ecossistema, elege o uso do arado, prática agrícola que tem sido questionada pelos precursores da Agroecologia, como Ana Primavesi que sempre trabalhou com a premissa de não revolvimento do solo em ambientes tropicais.

Já o docente GH2 na sua resposta afirma o seguinte: “*Sim. Produção de hortaliças e frutas para o consumo próprio. Produzir*

alimentos sem uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos irá preservar o meio ambiente e a nossa saúde.”

Da mesma forma, o docente LG3, ao responder a questão, descreve: “*Sim, na produção de hortaliças frutas e outros produtos, porque produzir alimentos sem agrotóxicos é muito importante para a nossa saúde e ajuda ao meio ambiente.*” A partir destas respostas percebemos que ao informarem as atividades desenvolvidas nas propriedades, os docentes colocam não a Agroecologia, mas a agricultura orgânica, pois os argumentos estão focados na produção de alimento saudável (sem o uso de adubo químico e agrotóxico) e na preservação do meio ambiente.

Quando analisadas as informações colhidas a partir das respostas dos educadores e educadoras, referente ao desenvolvimento de atividades agroecológicas nas suas propriedades, é possível perceber a limitação do entendimento dos mesmos em relação à Agroecologia, talvez essa seja uma das condições que os levam a pensar essa nova ciência, apenas como prática de plantio de árvore, produção de alimento livre de agrotóxico e a da preservação dos recursos naturais.

Nas respostas apresentadas pelos educadores e educadoras da Escola Oziel Alves fica caracterizado a abordagem da Agroecologia dentro da disciplina em que cada um leciona, ela aparece atrelada a vários temas. Cabe dizer que, apesar do longo período de envolvimento dessa escola com a temática, ainda é bastante limitada a presença de elementos que configure com clareza a presença da mesma como tema de relevância para a escola do campo, exceto pelas falas de alguns docentes em momentos pontuais.

Mesmo alguns docentes reconhecendo através das suas respostas que a Agroecologia é uma Ciência, nenhum deles conseguiu relacioná-la concretamente com a sua disciplina e menos ainda com a questão sociocultural dos camponeses. A discussão apresentada por eles parece estar mais para o contexto da Agricultura Alternativa (AA), tendo em vista que todos os entrevistados se referem à Agroecologia apenas como uma forma de produzir alimentos saudáveis e à preservação do meio ambiente, negligenciando as demais dimensões que são fundamentais, conforme descreve Guzmán Casado e colaboradores (2000).

A Agroecologia está fundamentada em três dimensões centrais: 1) ecológica e técnico-agronômica; 2) socioeconômica e cultural; 3) sociopolítica. Estas três dimensões não atuam de forma isolada, interagindo e influenciando uma à

outra o tempo todo. O desafio em estudá-las propõe alternativas mais sustentáveis dentro de uma abordagem inter, multi e transdisciplinar, motivo esse pelo qual os agroecólogos dispõem de ensinamentos presentes no conhecimento popular, fundamentando-se também nos conhecimentos da Agronomia, Economia Ecológica, Ecologia Política, da Ecologia, da Biologia, Física, da Educação, Comunicação, da História, da Antropologia e Sociologia (...).

Apesar das limitações aqui apontadas, considerando o processo de construção do conceito e de práticas ligadas à Agroecologia, os e as docentes da Escola Oziel Alves caminham positivamente, com conhecimentos básicos que podem ser explorados em processos de formação continuada, trocas de experiências com outras escolas e docentes que desenvolvem a Agroecologia como matriz formativa.

4.3 GRUPO GESTOR – GESTÃO E COORDENAÇÃO

A gestão escolar e coordenação pedagógica são partes indissociáveis de um estabelecimento de ensino, são co-responsáveis por todas as etapas de planejamento e execução das ações destinadas ao bom desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Na Escola Oziel Alves não poderia ser diferente, em função desse envolvimento da gestão e da coordenação pedagógica na construção, execução e acompanhamento das atividades desenvolvidas na escola durante o ano letivo, a participação destes sujeitos na pesquisa passou a ser indispensável, devido às atribuições dos mesmos no processo educativo como um todo.

Neste sentido, foi aplicado o questionário também para o grupo gestor, representado por um docente gestor e um docente coordenador, os dados levantados foram fundamentais para complementar as informações colhidas junto aos docentes regentes de sala de aula.

Foi perguntado ao grupo gestor o que é Agroecologia? O docente gestor LCP5 na sua argumentação responde: *“É a utilização da ciência na construção de uma nova forma de relação com a natureza na produção da existência considerando a importância de todas as formas de vida”*. Para o docente gestor DGE6 a *“Agroecologia é uma bandeira de luta dos movimentos sociais do campo. A preparação do solo exige conhecimento e técnicas visando um modo de produzir diferentes do agronegócio, como produção de alimentos orgânicos e a agricultura camponesa”*.

Referente a importância da Agroecologia no currículo das escolas do campo, o docente gestor LCP5 faz a seguinte afirmação: *“A Agroecologia tem uma importância significativa no currículo das escolas do campo tendo em vista a necessidade da mudança na matriz produtiva, principalmente quando se trata da produção de alimentos. É preciso superar o modelo de produção, o modelo de desenvolvimento do campo na lógica capitalista e nesse sentido a educação do campo tem um papel fundamental na formação, para tanto o currículo precisa dar conta do processo ensino aprendizagem nessa perspectiva”*.

Já o docente gestor DGE6 descreveu que *“A importância Agroecologia no currículo das escolas é grande, valoriza os saberes empíricos dos povos do campo, mas também os científicos, porque exige das escolas maior interesse pelo aprofundamento do tema e garantir com a comunidade escolar e local se aproprie do conhecimento científico teórico para incidir na prática”*.

Ao colocar a Agroecologia no currículo da escola, os gestores entendem que ela trará uma contribuição importante, no sentido de criar um espaço na Educação do Campo para tratar especificamente deste tema. Além disso, a escola terá condições de aprofundar a temática com o objetivo de propiciar aos educandos e educandas conhecimentos acerca do modelo de produção convencional e agroecológico e suas tecnologias, colocando junto, conhecimento empírico e científico no contexto da mesma.

Também foi perguntado ao grupo gestor, como deve ser o ensino de Agroecologia nas escolas do campo: A argumentação do docente LCP5 foi que esta *“deve ser na perspectiva de avançar do plano da teoria para a prática, para além do âmbito da sala de aula”*. Já o docente gestor DGE6 acredita *“que o ensino deve ser administrado com intencionalidade de onde queremos chegar com o teórico, com a pesquisa e principalmente com a prática, ou seja experiência”*.

Os gestores são convergentes nas suas argumentações, corroborando os professores/as, pois reconhecem a importância da parte teórica do ensino de Agroecologia, porém sem abrir mão de reconhecer também a relevância da prática no processo de ensino-aprendizagem. Fica evidente nas respostas dos gestores que as atividades práticas são indispensáveis no ensino de Agroecologia.

Ao perguntar ao grupo gestor se as práticas pedagógicas adotadas pela docência contribuem para consolidação da Agroecologia no espaço escolar, o docente gestor LCP5 usou a seguinte argumentação *“Na escola a partir da disciplina Agroecologia foram desenvolvidas algumas práticas, mesmo tímidas consideramos importantes na*

perspectiva da consolidação da transição agroecológica mas temos clareza do grande desafio que a escola tem pela frente nessa construção”.

O docente gestor DGE6 respondendo também a este quesito descreve: *“Timidamente sim, precisamos avançar no que se refere ao aprofundamento do tema através de estudos, pesquisas, levar o campo teórico e prático, o debate precisa urgente ser ampliado com toda comunidade escolar e local”.*

Diante das repostas apresentadas, a coordenação e a gestão concordam que a realização de práticas agroecológicas a partir da disciplina de Agroecologia é importante para consolidação da discussão da temática no espaço escolar, mas ainda estão aquém do desejável. Para eles é imprescindível a qualificação dos docentes através de participações em estudos e pesquisas, de forma a discutirem a temática com mais emponderamento e autonomia.

A pesquisa também procurou saber que ações o grupo gestor tem desenvolvido com o objetivo de consolidar a Agroecologia no espaço escolar. Ao se deparar com esse questionamento, o docente LCP5 coloca que *“a Equipe gestora da escola tem buscado inserir dentro do plano de ação da escola atividades que fomenta o debate e as práticas de Agroecologia tais como estudos, formação com os educadores (as) e atividades envolvendo a comunidades: atividades culturais, feira de Agroecologia”.*

O docente gestor DGE6 responde que *“Temos puxado o debate para dentro da escola através da mística; da experiência da horta na escola como projeto: Educação Alimentação Saudável um Direito de todos; a feira da escola com produtos artesanais e produtos agrícolas produzidos no próprio assentamento. Esse debate da Agroecologia é novo nas nossas escolas do campo, no município de Açailândia, partiu da luta do grupo de articulação da Educação do Campo (que são militantes do MST) do qual faço parte. Conseguiu-se garantir a implementação no currículo das escolas do campo no município de Açailândia que soma 28 escolas, os componentes curriculares: Agroecologia Educação do Campo e Economia Política. Então tudo está muito novo ainda a discussão, mas a pertença é que damos desse debate para ser a porta de entrada para discutir a Agroecologia x agronegócio (essa é uma das intencionalidades”.*

Nas exposições dos gestores, os discursos se aproximam bastante do discurso dos docentes, mesmo procurando proporcionar formação, debate e práticas agroecológicas, estas tendem a se restringir mais à alimentação saudável, horta na escola e preservação do meio

ambiente, sem levar conta outras dimensões. Postura que em grande medida, fragiliza a discussão e entendimento relacionado à Agroecologia como ciência e como disciplina multi, trans e interdisciplinar, *“fundamentando-se também nos conhecimentos da Agronomia, Economia Ecológica, Ecologia Política, da Ecologia, da Biologia, Física, da Educação, Comunicação, da História, da Antropologia e Sociologia* (GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000), dando lugar a práticas da agricultura alternativa.

Perguntado ao grupo gestor se a escola enfrenta algum tipo de dificuldade para consolidar disciplina de Agroecologia no espaço escolar, o docente gestor LCP5 afirmativa: *“Toda mudança implica rupturas de concepções, de postura. São vários os desafios desde a carência de materiais, pouco acúmulo do tema por parte dos educadores (as), indisposição de alguns sujeitos em sair da zona de conforto e fazer diferente, de construir o novo.”*

Em relação ao mesmo questionamento, o docente DGE6, afirma na sua resposta que: *“A escola com certeza enfrenta dificuldades, primeiro em acertar realmente no educador que realmente abraçasse a causa, essa luta não é fácil. A outra coisa é aguçar nos educandos o interesse por esse estudo; E por último a tarefa é coletiva e não somente do professor do componente curricular Agroecologia, mas de todos. E nesse contexto estamos limitados e tem sido o nosso grande desafio, a formação continuada dos sujeitos que fazem parte dessa formação”*.

Nas respostas dos gestores, fica claro que as dificuldades enfrentadas pela escola estão centradas no baixo acúmulo de conhecimento acerca da temática e o de envolvimento limitado do corpo docente em torno da questão. É possível que a resistência dos educadores em aderir à discussão da Agroecologia tenha a ver com a visão fragmentado do ensino, tendo em vista que tal postura não permite que o educador veja a disciplina de forma holística e no contexto da transdisciplinaridade, conforme afirma Guzman (2000).

4.4 DIRIGENTES DO MST

Além dos docentes regentes de sala de aula e do grupo gestor da Escola Oziel Alves, o MST, representado por dois dirigentes políticos, também participou desta pesquisa, justificado pelo envolvimento desta organização social com a Educação do campo e Agroecologia dentro dessa escola.

Na tentativa de trazer mais informações que pudessem contribuir com esta pesquisa, foi perguntado aos dirigentes do MST, o

que é Agroecologia e obteve-se as seguintes respostas: “Agroecologia refere-se ao estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica. Tem como unidades básicas de análise os ecossistemas agrícolas, abordando os processos agrícolas de maneira ampla, não só visando maximizar a produção mas também otimizar o agroecossistema total - incluindo seus componentes socioculturais, econômicos, técnicos e ecológicos.” (dirigente ADM7). Já para o dirigente LDM8, a Agroecologia “É a utilização da ciência na construção de uma nova forma de relação com a natureza na produção da existência considerando a importância de todas as formas de vida. Sempre trato a Agroecologia como ciência que nos permite construir de forma criativa, os sistemas de agricultura e estratégias de desenvolvimento do campo de forma holística e integrada às demais dimensões das formas sustentáveis de reprodução da vida material dos sujeitos. Portanto, as bases científicas da agroecologia (campo do conhecimento multidisciplinar) é a base ou referencial necessário para definir desenhos agroecológicos viáveis. Há uma necessidade de estimular processos dinâmicos de melhoria natural dos solos e isso é condição para a Agroecologia. “As boas práticas mais comuns para esses processos podem ser rotação e diversidade de culturas, associação com a produção de animais de acordo com a realidade (dimensões sociais, políticas e ambientais) e recursos locais”.

Na sequência foi perguntada aos dirigentes do MST qual a importância da Agroecologia no currículo das escolas do campo.

“Através das práticas pedagógicas na disciplina de Agroecologia desenvolvida nas escolas do MST, poderá se disseminar as ideias e os conhecimentos, as práticas da produção agroecológica, garantindo desta forma, o desenvolvimento de práticas agrícolas fundamentadas na produção agrícola de forma saudável e sustentável”. (dirigente ADM7)

“Para o MST a Agroecologia tem uma importância significativa no currículo das escolas do campo tendo em vista a necessidade da mudança na matriz produtiva, principalmente quando se trata da produção de alimentos”. (dirigente LDM8)

Fica explícito que é necessário superar o modelo de produção atual e o desenvolvimento do campo centrado na lógica capitalista. Neste sentido, a Educação do Campo tem um papel importante na formação dos camponeses, objetivando dessa maneira, a superação do

modelo em questão, para isso, o currículo das escolas do campo precisa orientar o processo de ensino aprendizagem para essa direção.

[...] Historicamente a escola foi o instrumento básico para difusão de tecnologias que acabou subordinando a agricultura aos interesses de das empresas capitalista, implantando um modelo de agricultura com base na concentração de terras e insumos. “Mas foi no sistema de ensino que este modelo conseguiu formar multiplicadores para o que se convencionou chamar de revolução verde, hoje considerada um fracasso por empobrecer os solos, simplificar os agroecossistemas, endividamento dos produtores e envenenamento dos alimentos.”. (dirigente LDM8)

A Agroecologia é a única alternativa para reestruturação produtiva e defender outra ciência de desenvolvimento com sustentabilidade, e a escola tem o papel decisivo de formar outra geração de camponeses com acesso aos fundamentos científicos de uma agricultura de base agroecológica”. (dirigente LDM8)

Para os dirigentes do MST a entrada da Agroecologia no currículo das escolas do campo possibilitará ao camponês o acesso a outro modelo de produção de base agroecológica, capaz de se contrapor ao modelo de agricultura convencional vigente, sendo a escola um importante agente disseminador deste modelo, por meio do ensino, transformando seus educandos em agentes multiplicadores capazes de interagirem no território onde vivem.

Também foi perguntado aos dirigentes como deve ser o ensino de Agroecologia nas escolas do campo. Para o dirigente ADM7 o ensino deve ser *“De forma que contemple as necessidades de aprendizagens dos alunos que são filhos de agricultores. No ponto de vista metodológica, acredito que precisam ser desenvolvidos estudos teóricos mais também a realização de práticas, no sentido de valorizar as culturas produzidas na comunidade, mas não se restringir apenas a isso, pois deverá ir além do que se tem e já se sabe sobre Agroecologia. É uma oportunidade para a escola garantir a construção de debates, de estudos, de pesquisas e práticas voltadas para a agricultura familiar na perspectiva da Agroecologia”*.

Já o dirigente LDM8 expõe a sua resposta da seguinte maneira:

“Deve ser na perspectiva de avançar do plano da teoria para a prática, para além do âmbito da sala

de aula. Acredito na ideia da escola do trabalho. No campo não faz sentido escola sem área de produção. Neste sentido a ação educativa deve pautar-se pela relação prática x teoria x prática e também na ideia do educando mergulhar profundamente no estudo da sua realidade, sem o estranhamento e cópia de modelos de fora. A Agroecologia deve compor como disciplina específica para que os educandos a entenda enquanto ciência, mas enquanto processo pedagógico a multidisciplinaridade na Agroecologia é necessária por ela ser resultado de uma relação dialética do processo desenvolvido na agricultura e pecuária com as demais dimensões do processo educativo. Assim, é determinando a existência de uma disciplina, de material que ajude a assimilar as bases científicas e de um projeto político pedagógico que faça a ruptura com o modelo da revolução verde e que isso seja norteador do conjunto do currículo da escola”.

Ao analisar os enunciados dos dirigentes, mesmo reconhecendo a importância do ensino de Agroecologia no plano teórico, ambos são unânimes em enfatizar que quando se trata do ensino da Agroecologia, este precisa acontecer na teoria e também na prática. Segundo eles, a escola deve promover no seu espaço escolar aulas práticas relacionadas ao tema, como forma de envolver cada vez mais o educando e a educanda no ensino desta ciência, buscando instrumentalizá-los para discutir com propriedade a matriz produtiva de base agroecológica com os camponeses e camponesas a partir da escola.

Como último questionamento foi proposto no questionário que os dirigentes descrevessem o histórico de luta para conquista da disciplina de Agroecologia para as escolas do campo. Ao expor o histórico de luta para conquista da disciplina de Agroecologia nas escolas do campo, os dirigentes evidenciam que esta é uma questão que vem sendo debatida em nível de município já há bastante tempo. Isso demonstra que tanto o MST quanto a Escola Oziel Alves têm longo envolvimento com relação à discussão da Agroecologia no contexto da educação.

“Muitas lutas, estudos debates e enfrentamento político, teórico e prático com a SEMED, pois não foi fácil, mas tudo se deu a aproximadamente um 15 anos quando iniciais o debate na secretaria de educação, mais só em 2010 com a efetivação do

setor de educação do campo e que se acirraram as decursos e só em 2016 iniciamos a construção da proposta curricular e só em 2017 foi implementada nas escola como experiência, que agora tivemos que dá uma parada para construir a proposta pedagógico do campo do município de Açailândia.” (dirigente ADM7)

“A escola Oziel Alves desde sua gênese tem se pautado na luta para se efetivar enquanto uma escola do campo orientada pelos princípios filosóficos e pedagógicos da pedagogia do MST. Nesse sentido passo significativos foram dados no que diz respeito à sua estrutura organizacional e organização do trabalho pedagógico. Nos últimos anos a luta tem sido no sentido de incidir a Agroecologia no currículo das escolas dos assentamentos e acampamentos, tendo em vista que não é possível efetivar a educação na perspectiva da emancipação humana sem considerar o que é fundamental nas práticas pedagógicas com esse fim. Nesse sentido, a partir do debate e articulação com a secretaria de educação estamos construindo uma proposta curricular na perspectiva da efetivação da educação do campo no município. Em 2017 fizemos um primeiro ensaio com a inclusão das disciplinas, estamos no processo de construção da proposta curricular para as escolas do campo e muitos são os desafios”. (dirigente LDM8)

A assertiva dos dirigentes corrobora a afirmação dos docentes que também registram nas suas respostas o envolvimento do MST na discussão e inserção dessa temática no contexto da escola, praticamente desde a sua constituição como instituição de ensino. Analisando os argumentos dos dirigentes do MST envolvidos nesta pesquisa, fica evidente nas argumentações dos entrevistados, um elevado nível de conhecimento teórico sobre o tema, as suas colocações vão ao encontro dos agumentos de pensadores como Gliessman, Altieri, Caporal e outros, que definem a Agroecologia não com uma prática agrícola alternativa, mas como uma ciência de cunho interdisciplinar, capaz de interagir com várias outras áreas do conhecimento.

A visão da realidade a partir da Agroecologia se dá de forma integrada e articulando os conhecimentos de diferentes ciências, incluindo o

conhecimento popular. Permite análise, crítica e compreensão do modelo de desenvolvimento atual, incluindo o modelo de agricultura industrial, e esboça um desenho de estratégias para um novo desenvolvimento rural, com adoção de estilos de agricultura sustentável dentro de uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A luta para conquista da disciplina de Agroecologia para as escolas do campo é uma ação que já vem acontecendo há bastante tempo, segundo os dirigentes entrevistados durante a pesquisa, esta questão faz parte do calendário de reivindicações das escolas do campo há mais de uma década.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego neste momento da pesquisa com a certeza de que o caminho a ser percorrido na construção do conhecimento acerca da Agroecologia como matriz produtiva na Escola Municipal Oziel Alves, e porque não dizer nas escolas do campo, é longo, mas já iniciado. Tenho clareza que o caminho se faz ao caminhar, aprendendo com os erros e acertos, através de experiências desenvolvidas em outras escolas em diversos Assentamentos da reforma agrária, espalhados pelo Brasil.

A pesquisa mostra que a vivência da escola com temática da Agroecologia já acontece basicamente desde a sua fundação, porém, quando se trata dela como disciplina no currículo escolar, essa inserção é bastante recente, sendo ainda uma experiência em fase de implantação.

Também ficou caracterizado nesta pesquisa, que se trata de uma ação inédita, a inclusão da disciplina de Agroecologia, Economia Política e Educação do Campo na matriz curricular das escolas do campo no município de Açailândia. Ao incluir tais temáticas como disciplinas nos currículos das escolas do campo, Açailândia passa a se compor como o primeiro município do estado do Maranhão a formalizar o ensino de Agroecologia, tornando obrigatório dentro da Educação do Campo em todo seu território.

A pesquisa mostrou que existe um relacionamento bastante próximo, entre o Departamento de Educação do Campo do município de Açailândia e o MST, que trabalharam em parceria na elaboração da nova proposta curricular para as escolas do campo. Ao estabelecer parceria com o MST, por meio do Departamento de Educação do Campo, o município de Açailândia dá um passo importante em direção a construção coletiva da educação dos camponeses pelos próprios camponeses, levando em conta que grande parte do grupo de educadores e educadores que fizeram parte da construção da proposta curricular para o campo, também são assentados da Reforma Agrária no município em questão, portanto, são sujeitos do campo.

Esta aproximação entre poder público e movimentos sociais abre a possibilidade da realização de um trabalho conjunto na superação de alguns limites, mais especificamente referentes às concepções da relação entre Agroecologia e educação. Verificadas nas respostas contidas nos questionários direcionados aos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, fica evidente que a formação para o trabalho se restringe às técnicas produtivas, separando ainda que de forma não intencional, o trabalho manual do trabalho intelectual, isso de certa forma gera uma dificuldade na contextualização entre as áreas do conhecimento, o que não deixa de ser também uma contradição.

A Educação do Campo é a principal ferramenta de formação dos sujeitos do campo, buscando sempre superar estas contradições. Ela como fenômeno social, conforme descreve Caldart (2012), carrega no seu cerne a essência da função formativa do homem e da mulher de todos os territórios camponeses desse país. Neste sentido procura formá-los de maneira omnilateral, possibilitando-lhes através dessa formação, lutar de forma consciente pela transformação da sua realidade social, buscando a inserção como sujeito de direito nas políticas públicas direcionadas ao campo e com isso ampliar cada vez mais o seu leque de conquistas.

Diante disso a pesquisa revela fragilidades na formação dos educadores/as, que é um assunto que pela relevância merece ser estudado mais profundamente. É de extrema relevância que os educadores e educadoras das escolas do campo se apropriem ao máximo dos conhecimentos sobre a Agroecologia, como ato político e como ciência capaz de propor outro jeito de produzir centrado na produção de base agroecológica, e outra perspectiva para o campo brasileiro.

Durante a pesquisa ficou evidente que há o envolvimento da escola com a comunidade, mas aquém do que deveria ser, pois se trata de uma escola composta essencialmente pelos próprios assentados. Essa também é uma questão que merece ser mais aprofundada.

Compreendemos que Agroecologia dentro do contexto de uma proposta educacional diferente da proposta vigente atualmente, busca construir mudança com conhecimento, comprometida com um projeto de sociedade que tenha a capacidade de preparar a juventude do campo por meio de um processo de formação capaz de intervir diretamente na realidade, procurando transformá-la e vislumbrando um novo jeito de produzir, além de conhecimento, relações socioambientais saudáveis e alimentos limpos a partir da apropriação do conhecimento sobre a matriz produtiva agroecológica. Uma proposta que tem como objetivo tornar os povos do campo sujeitos sociais com direitos e deveres frente aos desafios da construção de uma nova sociedade com sentimento profundo de promover a sustentabilidade da vida humana em conjunto com as demais formas de vida do planeta.

A pesquisa mostrou que os educadores/as ainda concebem a Agroecologia como sinônimo de Agricultura Alternativa, o que se constitui um equívoco. Diante disso, estabelece-se a necessidade de formação e aprofundamento nos estudos sobre a Agroecologia pelos professores, no intuito de desconstruir a ideia desta apenas como parte das práticas da agricultura alternativa, no sentido de produzir alimento sem veneno e a adoção de práticas conservacionistas, discurso

apropriado pelo agronegócio, mas que também está presente no ideário dos docentes da escola Oziel.

A outra questão demonstrada neste estudo, diz respeito às práticas pedagógicas relacionadas à Agroecologia, adotadas pelos docentes da escola Oziel Alves, elas acontecem em grande parte de forma descontextualizada da disciplina que o docente trabalha e fora do contexto de vida do educando, demonstrando a necessidade de um plano de formação para o quadro docente.

Apesar de algumas fragilidades, a pesquisa revela que a escola possui um quadro docente com elevado grau de formação, situação atípica em relação às demais escolas do campo do município. A pesquisa também mostrou o quadro docente é formado por docentes camponeses, sendo a maioria deles moradores da Agrovila Nova Conquista, local onde está situada a escola, na condição de assentado ou filho de assentados da Reforma Agrária. Nessa perspectiva, esses educadores têm possibilidade de receber formação continuada, pois além de serem moradores do campo, são profissionais efetivos, eliminado aí o problema da rotatividade, situação bastante comum nas escolas do campo.

Diante disso, a pesquisa aponta para a necessidade de novas discussões que vão exigir reflexões e discussões coletivas, no sentido de consolidar a Agroecologia como componente curricular, indispensável para a formação dos camponeses. Em função desta importância, ela precisa extrapolar os muros da escola e se proliferar pela comunidade e entorno. Neste sentido, faz-se necessário que aja mais estudo acerca da Agroecologia, de forma que ela passe a ser um assunto a ser discutido interdisciplinarmente e não apenas na disciplina de Agroecologia como vem ocorrendo.

Este trabalho é fruto do estudo e reflexões da vivência do autor, bastante próximo do objeto de estudo. Essa pesquisa não se encerra aqui, espera deixar abertas várias possibilidades de aprofundamento em diversos aspectos, tais como: formação de professores, materialidade da Agroecologia, interdisciplinaridade, etc.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**, 4.ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M. **La agroecología como alternativa sostenible frente al modelo de agricultura industrial**. Realidad Económica, Buenos Aires, n. 229, p. 75-93, jul-ago. 2007.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO M.; CALDART, R.; MOLINA, M(orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Ed.Vozes,p.147-158, 2004.
- CAMPOS, M. L. **Escolas do campo: desafios e possibilidades para o ensino de Agroecologia e educação ambiental**.. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- CANUTO, João Carlos **GRUPO D E TRABALHO D E AGROECOLOGIA BASES CONCEITUAIS DA AGROECOLOGIA. IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E X SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA** em Porto Alegre - RS, novembro de 2008.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004a.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. III Congresso Brasileiro de Agroecologia. Florianópolis, 2005.
- CAPORAL, Francisco Roberto. EDISIO, Oliveira de Azevedo. **PRINCÍPIOS E PERSPECTIVAS DA AGROECOLOGIA** (Orgs.) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 2011.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R, AGROECOLOGIA: **ALGUNS CONCEITOS E PRINCÍPIOS**. Disponível em: <[http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia conceitos%20e%20principios1.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20conceitos%20e%20principios1.pdf)> acesso em: 21.05.2017.

DAMASCENO, Cosma dos Santos. **Contribuições e desafios da Escola do Campo Francisco Araújo Barros para construção do projeto de Agricultura Camponesa do MST – Ceará**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis SC, 2015.

Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. **Agricultura Geral**. Curso Técnico em Agropecuária. Ceará, 2014.

GAIA, Marília Carla de Mello. **O ENSINO DE PERMACULTURA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS ENTRE CIÊNCIA E EXPERIÊNCIA**. Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2015.

GOMES, Cristina. **Pré-História**, InfoEscola Navegando e Aprendendo. Em <https://www.infoescola.com/autor/cristiana-gomes/16/>. Acesso em 23/02/2018.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coords.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi- Prensa, 2000.

JOÃO ARTHUR POMPEU PAVANELLI **EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE CIÊNCIAS: Desafios e propostas a partir de princípios agroecológicos** Monografia Botucatu 2012.

LIMA, Elmo de S.; SILVA, Maria Suleuda P. da. **Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação**. In: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura da. **Diálogos sobre Educação do Campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro e FILHO, Luiz Machado Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo SP. Editora Expressão Popular, 2014, 343 p.

MELO, Juliana Franco de. CARDOSO, Livia de Rezende. **Pensar o ensino de ciências e o campo a partir da Agroecologia uma experiência com alunos do sertão sergipano**. Revista Brasileira de Agroecologia, abril, 2011.

MELO, Suellen Albuquerque de. MEIRELLES, Augusto Cruz de e GARCEZ, Joyce Lara Araújo da Fonseca. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CIDADÃ**. REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFAM. Vol. 10 - Nº 1 – Junho 2016

MOLINA, Mônica C. ROCHA Maria Isabel Antunes **EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA, PRÁTICAS E DESAFIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES – REFLEXÕES SOBRE O PRONERA E O PROCAMPO** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p. 22 0 - 2 53, jul./dez. 2014

NETO, Wilson Mazalla. BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. **Simpósio Reforma Agrária e questões rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento**. **AGROECOLOGIA: seguindo a trilha da filosofia da práxis**.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. CAMPOS, Marília. **EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO**. In Dicionário da Educação do Campo, São Paulo, SP. Editora Expressão Popular, 2012.

PAVANELLI João Arthur Pompeu. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE CIÊNCIAS: Desafios e propostas a partir de princípios agroecológicos**. Monografia de Estágio Curricular (optativo) apresentado ao Instituto de Biociências de Botucatu – UNESP, BOTUCATU – SP 2012.

PETERSEN, Paulo. **AGROECOLOGIA E A SUPERAÇÃO DO PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO**. In **AGROECOLOGIA: Praticas Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Kairós, Curitiba, 2013.

TORRES REGO, Thelmely. **FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA: PROGRAMA DO CONTESTADO DA AS-PTA** Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2016.

TORRES REGO, Thelmely. **A FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONALEM AGROECOLOGIA NO MST/SP** Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2011.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFAM **EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CIDADÃ** Vol. 10 - Nº 1 – Junho 2016.

SAUER, Sergio e BALESTRO, Moisés Vilamil. **AGROECOLOGIA e os desafios da transição agroecológica**

SILVA, Adailza Guilherme da. SILVA, Maria José Ramos da, CAVALCANTE, Alian Cássio Pereira. DINIZ, Belísia Lúcia Moreira Toscano. **Educação ambiental e a Agroecologia: uma prática inovadora no processo educativo no educandário aprendendo a aprender**, Bananeiras – PB. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria Revista Monografias Ambientais - REMOA v. 13n. Santa Maria, dezembro, 2013, p. 2818 – 2827.

SILVA, Lourdes Helena da Silva **EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO**– UFV MIRANDA, Élide Lopes – 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis

TITTON, M. **Organização do trabalho na formação de professores do MST: realidade e possibilidades.** 2006.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: ATLAS, 1987.

VENDRAMINI, Celia R. **A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético.** In: COUTINHO, A. F. Diálogos sobre a questão da Reforma Agrária e as políticas de Educação do campo. São Luís: Edufma, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 01

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL – PROFESSOR/A DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES - **Ciências, Geografia e História**

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Ano de conclusão da graduação _____

Pós-graduação _____

Local (universidade) cursada na graduação

Local (universidade) cursada na pós-graduação

Fez seu curso de graduação / pós-graduação através das parcerias do
MST com Universidades? Sim () Não ()

Tempo de regência em sala de
aula _____

Tempo de regência na Escola Oziel Alves

Lecionou qual(is) disciplina em 2017?

Assentado na área: () sim () não Outro ().

Local de residência: _____

1- Para você, o que é Agroecologia

2- Como você trabalha a Agroecologia a partir da sua disciplina?

3- Em quais temas/conteúdos a discussão da Agroecologia está ou já
esteve presente nas suas aulas? Como?

4- Qual a importância da Agroecologia no currículo das escolas do campo?

5- Como deve ser o ensino de Agroecologia nas escolas do campo?

6- Você já desenvolveu atividades de Agroecologia no assentamento ou em outro espaço a partir da sua atuação na escola?

7- Você faz ou fez práticas agroecológicas no seu lote familiar? Quais? Por quê?

APÊNDICE 02**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL
– COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL
OZIEL ALVES - **Coordenação Pedagógica****

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Ano de conclusão da graduação _____

Pós-graduação _____

Local (universidade) cursada na graduação
_____Local (universidade) cursada na pós-graduação
_____Fez seu curso de graduação / pós-graduação através das parcerias do
MST com Universidades? Sim () Não ()Tempo de regência em sala de aula _____
escola _____

Assentado na área: () sim () não Outro ().

Local de residência: _____

Função: **Coordenação pedagógica**1- Para você, o que é Agroecologia?

_____2- Qual a importância da Agroecologia no currículo das escolas do
campo?

_____3- Como deve ser o ensino de Agroecologia nas escolas do campo?

_____4- As práticas pedagógicas adotadas pela docência contribuem para
consolidação da Agroecologia na escola? Por quê?

_____5- Que ações a coordenação tem desenvolvido com o objetivo de
consolidar a Agroecologia no espaço escolar?

6- A escola enfrenta algum tipo de dificuldade para consolidar disciplina de Agroecologia no espaço escolar?

APÊNDICE 03

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL
 – PROFESSOR/A DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES -

Agroecologia

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Ano de conclusão da graduação _____

Pós-graduação _____

Local (universidade) cursada na graduação

Local (universidade) cursada na pós-graduação

Fez seu curso de graduação / pós-graduação através das parcerias do
 MST com Universidades? Sim () Não ()

Tempo de regência em sala de aula _____

Tempo de regência na Escola Ozziel Alves _____

Lecionou qual(is) disciplina em 2017?

Assentado na área: () sim () não Outro ().

Local de residência: _____

1- Para você, o que é Agroecologia?

2- Como você trabalhou a Agroecologia com seus alunos neste ano
 de 2017?

3- Quais atividades/temas você percebeu maior facilidade dos
 estudantes no entendimento do que é Agroecologia?

4- Qual a importância da Agroecologia no currículo das escolas do
 campo?

5- Como deve ser o ensino de Agroecologia nas escolas do campo?

6- Você já desenvolveu atividades de Agroecologia no assentamento ou em outros espaços a partir da sua atuação na escola?

7- Você faz ou fez práticas agroecológicas no seu lote familiar? Quais? Por quê?

APÊNDICE 04

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL – DIRIGENTE DO MST

Nome:

Idade:

Formação:

Ano de conclusão da graduação _____

Pós-graduação _____

Tempo de militância

Tempo de permanência no cargo de dirigente

Função:

1- Para você, o que é Agroecologia?

2- Qual a importância para o MST da Agroecologia no currículo das escolas do campo?

3- Como deve ser o ensino de Agroecologia nas escolas do campo?

4- Descreva o histórico da luta para conquista da disciplina de Agroecologia para as escolas do campo.

APÊNDICE 05

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: “A CONCEPÇÃO DE AGROECOLOGIA NA VISÃO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES (AÇAILÂNDIA – MA)”

Pesquisadora responsável: Prof^a Dr^a Marília Carla de Mello Gaia. E-mail marilia.gaia@ufsc.br / Telefone: 48.99920-11111

Pesquisador co-responsável: José Antônio Ribeiro Silva. E-mail: zeribeirao@yahoo.com.br / Telefone: 99.991076992

1. Esta seção fornece informações acerca do estudo que você está sendo convidada/o a participar:

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer e discutir quais as concepções de Agroecologia estão presentes no dia a dia de uma escola do campo (Escola Municipal Oziel Alves – Açailândia – MA).

Os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para ajudar a desvelar algumas contradições entre a teoria e a prática acerca da Agroecologia, mostrando de forma concisa os condicionantes que possam estar impedindo a Escola Municipal Oziel Alves de implementar as ações agroecológicas na sua integralidade. Apesar de tratar-se de uma pesquisa localizada, ela se constituirá em uma amostra importante de como a Agroecologia está sendo trabalhada nas escolas do campo do município de Açailândia, em função disso, passará a ser uma fonte de consulta indispensável para educandos, educadores, gestores e demais interessados por esse assunto.

Se você concordar em participar deste estudo, os seguintes procedimentos poderão ser utilizados para construção de dados: análise documental (Plano de Educação do Município, PPP da Escola e Planejamento de disciplinas, Plano de aula dos professores, etc.); acompanhamento e registro escrito e fotográfico de aulas e atividades; entrevista com a coordenação pedagógica e professores. Apenas os pesquisadores terão acesso a estes registros.

Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis através dos telefones e endereços eletrônicos fornecidos neste termo. Informações adicionais em relação às questões éticas da pesquisa podem ser obtidas no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina pelo telefone (48) 37216094 ou pelo endereço: R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400, ou ainda pelo email: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Você não terá nenhuma despesa ou risco ao participar deste estudo.

2. Esta seção descreve os direitos dos/as participantes desta pesquisa:

A sua participação é voluntária. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, bem como para se recusar a responder qualquer questão específica.

Qualquer pergunta acerca da pesquisa e seus procedimentos poderá ser feita aos pesquisadores responsáveis em qualquer momento da pesquisa e tais questões serão respondidas.

A sua participação é confidencial. Apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso à identidade dos participantes. No caso de haver publicações ou apresentações relacionadas à pesquisa, nenhuma informação que permita sua identificação será revelada.

Os dados coletados (tabulação dos questionários, transcrições de entrevistas, registros de observações.), serão guardados em local seguro. Após cinco anos, esse material será destruído, preservando-se apenas a dissertação de mestrado como registro.

Não há riscos da influência negativa desta pesquisa para os participantes e para a referida escola e sua comunidade. Entretanto, caso haja relatos da influência negativa dos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa será imediatamente interrompida.

3. Esta seção indica que você está dando seu consentimento para participar da pesquisa

Participante:

O pesquisador José Antônio Ribeiro Silva, aluno do curso de mestrado profissional em “Agroecossistemas” do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal Santa Catarina (UFSC), e sua orientadora, Professora Dra. Marília Carla de Mello Gaia (CCA-UFSC), solicitam sua participação neste estudo intitulado “A concepção de Agroecologia na visão dos educadores e educadoras da Escola Municipal Oziel Alves (Açailândia – Ma)”

Eu concordo em participar desta investigação nos níveis indicados a seguir:

_____ Registro escrito e fotográfico do acompanhamento de aulas e atividades.

_____ Registro escrito e áudio da entrevista semiestruturada.

Li e compreendi as informações fornecidas e recebi respostas para as questões que coloquei acerca dos procedimentos de pesquisa. Entendi e concordo com as condições do estudo, como descritas. Entendo que receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Eu, voluntariamente, aceito em participar desta pesquisa. Portanto, concordo com tudo que está escrito acima e dou meu consentimento.

_____, _____ de _____ de
2017.

Assinatura: _____.

Pesquisadores:

Eu garanto que este procedimento de consentimento foi seguido e que respondi, da melhor maneira possível, as questões que o/a participante formulou.

_____, _____ de _____ de 2017.

Prof. Dra. Marília Carla de Mello Gaia
Pesquisadora Responsável

José Antônio Ribeiro Silva
Pesquisador co-responsável